



República da Guiné-Bissau
Ministério de Educação Nacional

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO

EDUCAÇÃO PARA TODOS



Versão validada

Fevereiro 2003



INDICE

INDICE	3
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTO E METODOLOGIA DE BASE DO PLANO	11
1.1 APRESENTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	11
1.1.1 GEOGRAFIA E CLIMA	11
1.1.2 1.1.2 DEMOGRAFIA E CULTURA	11
1.1.3 SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	12
1.1.4 QUADRO MACRO-ECONÓMICO	12
1.2 ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	13
1.2.1 NATUREZA E ÂMBITO	13
1.2.2 ESTRUTURA ORGÂNICA	13
1.2.3 ÓRGÃOS E SERVIÇOS	13
1.3 DESCRIÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU	14
1.3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA	14
1.3.2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	15
1.3.3 1.3.3 QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR	16
1.3.4 1.3.4 POLÍTICA DO GOVERNO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	17
1.3.5 1.3.5 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	17
1.3.6 1.3.6 CONSTRANGIMENTO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	19
1.4 CONTEXTO DE EDUCAÇÃO	21
1.4.1 1.4.1 O FÓRUM MUNDIAL SOBRE A EPT REALIZADO EM DAKAR EM ABRIL DE 2000.	21
1.4.2 1.4.2 O RENASCIMENTO AFRICANO	22
1.5 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PNA EPT	23
2 DIAGNÓSTICO E PRIORIDADES SUB-SECTORIAIS	24
2.1 DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INFÂNCIA	24
2.1.1 ACESSO	24
2.1.2 ENQUADRAMENTO PEDAGÓGICO	24
2.1.3 GESTÃO	25
2.1.4 PRINCIPAIS FACTORES DE ESTRANGULAMENTO DA SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	26
2.1.5 PRIORIDADES:	26
2.2 ENSINO BÁSICO	26
2.2.1 ACESSO:	26
2.2.2 QUALIDADE:	29
2.2.3 GESTÃO:	29
2.2.4 FINANCIAMENTO:	30
2.2.5 PRIORIDADES:	30
2.3 ALFABETIZAÇÃO	30
2.4 EDUCAÇÃO QUALIFICADA DOS JOVENS E ADULTOS	33
2.4.1 ACESSO:	33

2.4.2	QUALIDADE:	34
2.4.3	GESTÃO:	34
2.4.4	PRINCIPAIS FACTORES DE ESTRANGULAMENTO DA SITUAÇÃO DIAGNOSTICADA	34
2.4.5	PRIORIDADES:	35
2.5	PLANIFICATION, MISE EN OEUVRE, SUIVI-EVALUATION	35
2.5.1	CAPACIDADE INSTITUCIONAL	35
3	PLANO DE ACCÃO DOS SUB-SECTORES	37
3.1	PRINCÍPIOS DIRECTORES DO PLANO DE ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE EPT	37
3.1.1	PRINCÍPIOS DIRECTORES DO PLANO DE ACCÃO	37
3.1.2	ORIENTAÇÕES GERAIS:	38
3.1.3	ESTRATÉGIAS GLOBAIS DO PLANO DE ACCÃO:	38
3.2	MOBILISATION ET UTILISATION DES RESSOURCES ET MESURES DE REFORMES	39
4	PROTECCÃO E EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA	40
4.1.1	OBJECTIVOS GERAIS DO SUB-SECTOR:	40
4.1.2	ESTRATÉGIAS GLOBAIS:	40
4.1.3	INVENTÁRIO DAS ACÇÕES:	40
4.1.4	ACÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS	40
4.1.5	COMPONENTE: ACESSO	40
4.1.6	COMPONENTE: QUALIDADE	41
4.1.7	COMPONENTE: GESTÃO	42
4.1.8	COMPONENTE: FINANCIAMENTO	43
4.2	ENSINO BÁSICO	43
4.2.1	OBJECTIVOS GERAIS DO SUB-SECTOR	43
4.2.2	ESTRATÉGIAS GLOBAIS	43
4.2.3	ACÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS	43
4.2.4	COMPONENTE: ACESSO	43
4.2.5	COMPONENTE: QUALIDADE	44
4.2.6	COMPONENTE: GESTÃO/FINANCIAMENTO	46
4.3	ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS	47
4.3.1	OBJECTIVOS GERAIS DO SUB-SECTOR	47
4.3.2	ESTRATÉGIAS GLOBAIS:	47
4.3.3	ACÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS	47
4.3.4	COMPONENTE ACESSO	47
4.3.5	COMPONENTE: QUALIDADE	48
4.3.6	COMPONENTE: GESTÃO:	49
4.4	EDUCAÇÃO QUALIFICADA DE JOVENS E ADULTOS	49
4.4.1	OBJECTIVOS GERAIS DO SUB-SECTOR:	49
4.4.2	ESTRATÉGIAS GLOBAIS:	49
4.4.3	ACÇÕES, RESULTADOS ESPERADOS E ESTRATÉGIAS	49
4.4.4	COMPONENTE: ACESSO:	49
4.4.5	COMPONENTE QUALIDADE:	50
4.4.6	COMPONENTE GESTÃO:	50
4.5	PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PNA/EPT	51
4.5.1	PLANIFICAÇÃO	51
4.5.2	IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO, CONCERTAÇÃO	52
	OBJECTIFS GENERAUX	53

4.5.3 SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO 54

5 PLANO OPERACIONAL 58

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Acção para o Desenvolvimento
ADPP – Ajuda do Povo Dinamarquês para o Desenvolvimento
AEA – Alfabetização e Educação de Adultos
AIF-PALOP - Associação Internacional para a Formação em África - Países Africanos de Língua
AMAE – Associação de Mulheres da Actividade Económica
ANP – Assembleia Nacional Popular
ASDI – Ajuda Sueca para o Desenvolvimento Internacional
BAD – Banco Africano para o Desenvolvimento
BRINFOR – Brigadas de Formação
CECB – Centro de Formação Camponesa de Bachil
CEE – Comunidade Económica Europeia
CENFA – Centro de Formação Administrativa
CONFEMEN – Conferência dos Ministros Francófonos da Educação
DAF – Direcção de Administração e Finanças
DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Alívio e Redução da Pobreza
DGETPENF – Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal
DRE – Direcções Regionais de Educação
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EB – Ensino Básico
EBC- Ensino Básico Complementar
EBE – Ensino Básico Elementar
EPT – Educação Para Todos
ESC – Ensino Secundário Complementar
ESG – Ensino Secundário Geral
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
FUNDEI – Fundação Guineense de Desenvolvimento Empresarial
GEP – Gabinete de Estatística e Planificação do Ministério da Educação Nacional
HIPIC – Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados
INDE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis
MEN – Ministério da Educação Nacional
NTIC – Novas Tecnologias de Informação Comunicação
OGE – Orçamento Geral do Estado
ONG – Organização Não Governamental
PAM – Programa Alimentar Mundial
PIB – Produto Interno Bruto
PNA – Plano Nacional de Acção
PNA/EPT – Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Portuguesa
PPAE – Países Pobres Altamente Endividados
PQNEDH – Plano Quadro Nacional de Educação para o Desenvolvimento Humano
QAD – Quadro de Acção de Dakar
SNV – Serviço Holandês para a Cooperação e Desenvolvimento
UAP – Unidades de Apoio Pedagógico
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância
VSO – Serviço dos Voluntários Britânicos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na primeira parte **Contexto e metodologia de base do Plano**, o sub-capítulo descrição do Sistema Educativo, sem distinguir o público do privado, considera a estrutura do sistema em duas vertentes, a saber: o formal que engloba o ensino pré escolar, o básico, o secundário, o técnico profissional, e o superior; o não formal representado pela alfabetização, educação de adultos, escolas madrassas corânicas, escolas particulares de incidência urbana e as escolas comunitárias.

A evolução do sistema apresenta progressos importantes de 1997/98 á 1999/2000 relativo aos principais indicadores como a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico (EB, 6 anos de escolaridade) que passou de 57,8% para 69,4% . As estimativas baseadas nos dados preliminares das escolas públicas apontam para uma taxa bruta de escolarização de 75% no EB em 2001-2002, que em parte se deve às medidas de gratuidade escolar, à distribuição gratuita de alimentos às raparigas e da implementação de cantinas escolares.

No quadro institucional, o MEN é encarregue das questões educativas nomeadamente as formações técnicas nos outros sectores (agrícola, saúde etc.) e para isso conta com parceiros nacionais e internacionais.

A política do governo em matéria de educação e formação esta consignada no documento “Declaração da política educativa” Maio de 2000 que fixa as prioridades de reabilitação de infra-estruturas destruídas pela guerra e a regularização dos salários dos professores. As disposições do DENARP interino de Setembro 2000, coerente com essa política, definem por objectivos principais o aumento das despesas correntes com a educação para atingir 2,5% do PIB em 2003 (2,2% em 2001), melhorar a eficácia do ensino básico (distribuição gratuita de manuais 1ª a 4ª classes e guias de português e matemática para professores), construção de escolas de ciclo completo, implantação de cantinas escolares, aumento de taxa de retenção global para 73% e para as raparigas de 52% em 2003. Um dos eixos do DENARP é o ensino profissional e a escolarização das raparigas cuja taxa de 59,6% se pretende atingir para o horizonte 2003.

O Estado, a ajuda externa e as famílias asseguram o financiamento da Educação. O orçamento anual do Estado é estimado a 3.035 bilhões de FCFA, seja 15.000 FCA/aluno, cerca de duas vezes menos que os países da nossa região africana. A percentagem das despesas de educação nas despesas do Estado é de 11,2% em 2001 (8,8% em 1998, 11,5% em 1999); percentagem das despesas de educação no PIB é de 2,2% em 2001 (1,35% em 1998, 2,6% em 1999). Os salários dos professores, estimados a menos de 1\$/dia, absorvem 85% das despesas correntes. As despesas de investimento declinam-se. Pais e colectividades locais custeiam parte de despesas de capital (construção de escolas e cantinas) e custos de formação em estabelecimentos privados, aquisição de manuais escolares.

As intervenções no sector do EB são de dois tipos: empréstimos com o Banco Mundial, União Europeia (apoio orçamental), BAD (reabilitação pós conflito- Bissau, Tombali, Quinara), EDUCIII/BAD (apoio ao EB, formação profissional, gestão do sistema) e donativos com Plan Internacional, PAM, UNICEF, FNUAP.

Os esforços dos parceiros estimam-se insuficientes face a necessidade anual de 500 salas de aula para substituir barracas, eliminar o triplo turno, satisfazer a procura e reduzir as disparidades do género.

Os **constrangimentos** do sector indicam-se como sendo a **fraca qualidade** (formação académica do professor, quantos diplomados/se exercem de facto? salário baixo e em atraso não atrai competências, fraco investimento no sector); **o fraco rendimento interno** (em 1999-2000, 90,2% das crianças em idade escolar que entram na 1ª classe, somente 32,5% atingiriam 6ª classe, existência de escolas incompletas e distantes das residências, a taxa média da repetência é na ordem de 23%; em 8 anos, apenas 25% dos alunos atingem a 6ª classe, por isso o custo da formação de um aluno é duas vezes

mais elevado do que poderia ser) ***as disparidades de género e regionais*** (taxa disparidade global em 1999/2000 é 1,34%, e aumenta a medida que se avança de níveis – 1,60% na 4ª classe, a desigualdade de acesso entre zonas urbana e rural : 100% de acesso para rapazes/95% para raparigas na zona urbana, 95% para rapazes e 60% para raparigas na zona rural; as taxas de retenção **são de 57% para rapazes e 37 para raparigas**; as taxas de escolarização mais baixas encontram-se em Bafatá 37,7% e em Gabu 47,9%)

o analfabetismo que afecta 47,4% dos homens e 78,82% das mulheres (dados do INEC - 2000).

Algumas **oportunidades** para a materialização de EPT na Guiné-Bissau encontram-se consignadas em textos legais: a Constituição da República que considera a Educação de base de 6 anos como gratuita e obrigatória; o Documento de Política Educativa, o documento das 10 medidas básicas. Medidas corolários de ordem prática têm vindo a ser implementadas por exemplo o ensino gratuito, suportando estas, uma parceria bastante envolvida e motivada que trabalha com a comunidade para melhorar o acesso, a qualidade, a gestão e o controle do sistema promovendo a educação das raparigas. Neste quadro, realça-se as contribuições da VSO, SNV e do Plan Internacional. Ainda se desatacam as intervenções do UNICEF com a escolarização das raparigas, o aperfeiçoamento do corpo docente assim como no apoio com meios de transporte aos formadores e inspectores; o PAM com as cantinas nas regiões de Bafatá, Gabu et Quinara com perspectiva de cobrir Tombali e Cacheu; FNUAP apoia à generalização no sistema educativo, da EVF/EMP cobrindo todas escolas do EB do país.

O Contexto da Educação é balizado pelo Fórum Mundial sobre Educação para Todos (Dakar - Abril 2000) e o conseqüente quadro de acção adoptado que deu origem ao presente documento; o Renascimento africano, Jomtien 90, MINEDAF-VI, 46ª sessão da CONFEMEN, conferência Pan-Africana sobre a Educação das Raparigas. A nível nacional toma-se em conta as insuficiências do sistema, já mencionadas atrás.

Em termos de metodologia, observaram-se cinco fases: **i)** institucionalização dos dispositivos administrativos de seguimento através da célula de coordenação EPT, equipa técnica nacional e fórum nacional EPT; **ii)** envolvimento sócio - político marcado pela realização de um encontro do Ministro com os chefes das agências do sistema das Nações Unidas e outros parceiros que culminou com a adopção do plano de trabalho da elaboração do PNA/EPT seguida da realização do fórum nacional, da constituição da comissão técnica

Inter-disciplinar e inter-sectorial encarregue de estudos temáticos; **iii)** que combinou perspectivas técnicas e participativa, foi uma fase de estudo propriamente dito, auscultação e validação das opções temáticas; **iv)** elaboração do PNA e diferentes validações das quais técnicas á nível do MEN e consulta aos parceiros para incorporação de críticas e sugestões e a validação social iniciada com a consulta aos parlamentares; **v)** realização do fórum nacional de validação – etapa na qual nos encontramos.

A parte de Diagnóstico e prioridades sub-sectoriais indica que **o desenvolvimento da pequena infância** encontra-se ainda na fase embrionária. Não se distingue os jardins de infância das estruturas comunitárias (4 á nível do País) de apoio a pequena infância tipo Djemberem.

Apenas 2,3% das crianças na faixa etária 3 – 6 anos de idade, têm acesso a educação pré-escolar, com disparidade regional, SAB albergando um pouco mais de 30% do efectivo. O resto, distribui-se de seguinte forma: região de Cacheu seguido de Gabu. Oio e Tombali que têm as taxas mais baixas. 51,2% do efectivo desse número é feminino.

Existe **insuficiência de infraestruturas** - apenas 54 entre os quais 57,4% estão em Bissau- de **peçoal e de peçoal qualificado** – dos 231 educadores (sendo 86 do público): 18,6% têm formação mínima para o exercício da docência; de materiais didácticos apropriados e de principais suportes pedagógicos. **O programa é inadequado, múltiplo e diversificado**, nesta área nota-se que existe um projecto de política curricular elaborado com apoio técnico e financeiro do UNICEF, desde 1994 mas que ficou por adoptar. Enfim o enquadramento da pequena infância limitada ao jardim convencional estando ausente aspectos de saúde (nutrição, saneamento básico e prevenção)

Indicam-se por **estrangulamentos**: índice elevado de pobreza sobretudo nas zonas rurais; elevado custo acarretado por este nível de educação; factores culturais relativos ao confiar da criança a outro e a marginalidade da pequena infância na política do governo.

As **prioridades** são de três tipos: redefinição de conceitos da pequena infância no quadro da política educativa e Fórum Mundial; criação de condições institucionais e técnicas pedagógicas, apoio a iniciativas existentes, alargamento dos centros, promoção e criação de centros comunitários de nutrição, saneamento básico e de educação pré escolar respectivamente.

No Ensino Básico, os constrangimentos relacionam-se com o acesso e a qualidade da oferta, da equidade, da gestão e do seu funcionamento: o sistema não absorve perto de 23% de crianças em idade escolar (7-12 anos de idade). A evolução dos efectivos ao longo do ano mostra um aumento considerável da procura de 1991/92 com 67.064 efectivos e 1999-2000 com 123.307 (dados do GEP/BM). Mas a disparidade mantém-se, a repetência no EB é de 26% no público e 5% no privado incluindo madrassas. Em 2000 o abandono era de 18% (GEP). Nota-se a ausência de estruturas de acolhimento de crianças portadoras de deficiência.

A estes constrangimentos associam-se a excessiva centralização dos serviços administrativos, a fraca dinâmica da gestão devido a insuficiências na formação técnica, a falta de meios materiais e financeiros ao MEN, a escassez em estruturas de formação e consequente insuficiência de professores, inadequação dos programas e do calendário escolar, debilidade económica - financeira do governo e da população, e a exclusão de escolas de outro tipo nos sistema (madrassas); constrangimentos de ordem cultural (casamento e gravidez precoce, trabalhos domésticos, práticas nefastas), questões linguística, inexistência de abordagem da cultura da paz no sistema, incipiente abordagem de aspectos ligados a saúde preventiva HIV/SIDA, ausência de sistema de avaliação do pessoal docente e não docente etc.

As **prioridades** são: o alargamento da rede escolar; formação inicial e em serviços dos professores e inspectores; adequação dos programas, do calendário escolar e materiais didácticos que devem se produzir atempadamente, redução das disparidades, reforço da capacidade institucional e promoção da saúde escolar.

A Educação qualificada de jovens e adultos é uma das prioridades do PNA/EPT. Estes dois últimos sub-sectores revelam fraquezas profundas desde ausência de estratégia a carências de meios nomeadamente equipamentos (caso da formação profissional para o emprego).

Com base no diagnóstico, o Plano de Acção descreve os princípios directores e reconstitui as prioridades, estruturando-as em objectivos, estratégias, acções, resultados esperados e instituição responsável da implementação (ver anexo, quadro síntese do PNA/EPT).

Princípios Directores :

- garantia do direito a educação para todos os cidadãos sem discriminação de qualquer natureza (leis de base do ensino)
- Parceria eficaz e bem coordenada

A volta disso estão indicadas outras orientações a saber: a descentralização/desconcentração da gestão da educação; a educação de qualidade para todos (igualdade e equidade); Promover para todos as mais elevadas normas de performance (qualidade); gestão transparente e eficaz (responsabilidade).

INTRODUÇÃO

O presente Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos cobre o período que vai de 2000 a 2015 faseado em três (3) etapas principais, designadamente a visão estratégica da EPT até 2015 e a programação operacional de médio e longo prazos, de 2003 a 2005, 2006 a 2010 e de 2011 a 2015 respectivamente. Inspirado nas recomendações e orientações do Quadro de Acção de Dakar (QAD), nas orientações políticas e estratégicas do Plano-Quadro Nacional da Educação para o Desenvolvimento Humano, no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, nos documentos sobre as facilidades para o alívio da dívida e crescimento económico da iniciativa PPAAE e demais directivas e princípios normativos do Sistema Educativo Nacional, este Plano traça os principais eixos de intervenção na senda dos desafios do desenvolvimento humano durável.

Vários instrumentos foram utilizados no processo de elaboração deste importante documento. Foi adoptada a abordagem multisectorial, interactiva e participativa, uma nova abordagem do desenvolvimento da Educação Para Todos. Essa nova abordagem é tida como um modelo apropriado de planificação não só pelos planificadores, mas também pelos parceiros do sistema educativo. O PNA é multisectorial por implicação dos sectores de actividades sócio económicas e culturais no desenvolvimento da educação de base. É interactivo porque tem em consideração os efeitos mutuamente benéficos das acções e contribuições de diferentes sectores e parceiros técnicos e financeiros. É ainda interactivo pela abordagem dinâmica que se apoia sobre as inter relações e interacções entre diversas formas de educação de base.

O PNA/EPT apresenta-se sob a forma de uma programação de actividades previstas para atingir os objectivos qualitativos e quantitativos do desenvolvimento do sector. É um plano de médio e longo termo, dada a importância das mudanças a produzir no sub-sistema de educação de base e de recursos e meios a mobilizar.

A filosofia de base do presente PNA/EPT é a parceria assente sobre um largo consenso nacional, implicando o governo, ANP (o parlamento) os responsáveis das estruturas centrais e descentralizadas do sistema educativo, a sociedade civil, os pais e encarregados de educação, as associações e sindicatos dos professores, o patronato, os institutos de pesquisa, as associações de mulheres, as organizações religiosas, as autoridades tradicionais e costumeiras, médias, etc. Perante o gigantesco desafio de realizar a Educação Para Todos é necessário encorajar e reforçar todas as dinâmicas de parcerias existentes ou emergentes sem as quais a consecução destes objectivos será difícil.

O PNA será também um instrumento de monitoria das aspirações dos guineenses no sector da educação expressas em acções. Este documento está estruturado em três partes: a primeira parte aborda os elementos contextuais e a perspectiva que presidiu a sua elaboração; a segunda, apresenta o diagnóstico e a análise situacional; a terceira decorre do plano de acção das componentes.

O Plano de Acção ora apresentando só poderá tornar-se num instrumento de inversão de tendências negativas em educação, só servirá de instrumento de tornar a Educação Para Todos numa realidade não somente com engajamentos políticos, que são deveras importantes, mas e sobretudo com tomadas de medidas práticas, realizações e participação de todos: da comunidade aos responsáveis locais, destes ao Governo passando pelas ONG e dentre os parceiros as agências de cooperação internacional e ONG. Conjugados os esforços, criadas as necessárias sinergias poderemos de facto ultrapassar inúmeras barreiras e atingir uma educação de qualidade para todos e ao longo de toda a vida.

1 CONTEXTO E METODOLOGIA DE BASE DO PLANO

1.1 APRESENTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

1.1.1 Geografia e clima

A Guiné-Bissau, um país situado na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 36125 Km², é limitada ao norte pela fronteira com a República do Senegal, e a leste e sul pelas fronteiras com a República da Guiné-Konacri, abrindo-se pela costa ocidental do continente ao oceano atlântico. O interior é caracterizado por regiões mais quentes, sendo a parte leste a zona de planaltos, e montanhosa nas partes fronteiriças com a República da Guiné-Konacri. O clima é quente e húmido.

1.1.2 Demografia e cultura

Na base dos dados do último recenseamento efectuado em 1991, a população do país é estimada em 1.181.641 habitantes em 2002, com uma taxa média de crescimento anual de 1,7%. As mulheres representam 52% da população, e a faixa etária de menos de 15 anos representa 48,1% da população. A mortalidade infantil é estimada em 100-120/1000 nos centros urbanos e 150-180/1000 nas zonas rurais e a mortalidade infanto-juvenil é estimada em 200-250/1000 nos centros urbanos e em 300-350/1000 nas zonas rurais, segundo o observatório de Bandim. A mortalidade materna é estimada em 349/100.000 (MICS 2000). Na sequência das correcções dos dados do recenseamento, os indicadores de fecundidade seriam de 50/1000 para uma taxa bruta de natalidade de 6,8 crianças por mulher, um elevado Índice Sintético de Fecundidade devido à vários factores, entre as quais: o casamento precoce, inacessibilidade aos métodos de planeamento familiar, as condições sociais e culturais da mulher, o analfabetismo e a pobreza entre outros. A taxa de utilização de contraceptivos é ainda fraca. A cobertura em contraceptivos modernos é calculada em menos de 1% nas zonas rurais e em 5 -12% nos centros urbanos. O problema do aborto é um fenómeno preocupante mais agudo no meio urbano do que nas zonas rurais, embora não esteja calculado em números.

A situação sanitária caracteriza-se por uma forte prevalência de doenças transmissíveis e pela recrudescência da cólera e da tuberculose. A taxa de prevalência do vírus VIH1 é na ordem de 2,5% e a da VIH2 de 8 a 10% no seio da população com mais de 15 anos, com todas as consequências que podem advir nos próximos decénios. O acesso à água potável nos centros urbanos é de 47% segundo as estimativas feitas.

A cobertura sanitária continua insuficiente. Para 40% da população o acesso aos serviços públicos de saúde em média é de um raio de 5 km. No país, conta-se com um médico para 7.230 habitantes, uma enfermeira para 717 habitantes, uma parteira para 714 mulheres em idade de procriação e um agente de saúde de base para 630 habitantes, todos eles distribuídos de forma desigual pelo país. O PNA/EPT preconiza a articulação inter-sectorial designadamente com o plano nacional de desenvolvimento sanitário(PNDS) mormente na melhoria dos indicadores socio-sanitarios que requer o envolvimento do sector educativo em consonância com as estratégias delineadas pelo PNDS. O êxodo rural provoca um forte crescimento da população urbana (31,6%), absorvendo a capital, Bissau, mais de 20% da população do país, com uma superfície de menos de 3% do território nacional.

Cerca de 50% das consultas em todas as regiões e idades referem-se ao paludismo. A sua elevada taxa de incidência tem graves repercussões sobre a produtividade, o absentismo e a mortalidade. Das consultas de adultos efectuadas nas unidades infecto-contagiosas, 5% correspondem às IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis. A infecção de HIV/SIDA assume contornos catastróficos com uma taxa de prevalência de 8 a 10% dos adultos. O conflito armado contribuiu significativamente para agravar esta situação como demonstra as pesquisas realizadas em 1997, 1998 e 1999 cuja as últimas taxas se situam em 14,2% para o VIH1 e 17,6% para o VIH2 contra as respectivas taxas de 7,6 e 11,1% em 1998 e 4,8 e 10,3% em 1997. Esta situação explica-se, entre outras, pela recrudescência da

promiscuidade nos locais do refúgio, aumento da prostituição e interrupção dos programas de prevenção.

A diversidade étnica e linguística é um dos factores determinantes das características culturais do País. Existe mais de duas dezenas de grupos étnicos distintos e com diversidade e variantes linguísticas próprias. Outros aspectos importantes e determinante dos comportamentos culturais no país prende-se com as crenças, religiões, e a organização do sistema de produção.

Esses elementos da mundividência de cada meio sociocultural determinam as atitudes face a educação escolar dos jovens, face às oportunidades entre rapazes e raparigas, sobre as práticas nefastas para a saúde das mulheres e crianças, sobre a reprodução, sobre os papéis da mulher na sociedade e as relações de poder e de propriedade que muito tem a ver com os problemas de qualidade de vida e do desenvolvimento nacional.

1.1.3 Situação política e administrativa

A Guiné-Bissau tornou-se independente de Portugal, antiga potência colonizadora, a 24 de Setembro de 1973 detrás onze anos de uma dura luta armada para a sua libertação nacional, que terminaria com o reconhecimento da sua soberania pela antiga metrópole após a queda do regime fascista em Portugal, a 25 de Abril de 1974. De 1974 a 1991, o país experimentou o regime autoritário de partido único, tendo as primeiras eleições pluralistas sido realizadas em 1994 após 3 anos de transição para a democracia. Administrativamente, o país é constituído por nove regiões, sendo uma delas, Bissau, a cidade capital, reduzida ao estatuto de sector autónomo; cada região administrativa é constituída por sectores (trinta e seis na totalidade), sendo estes constituídos por secções. Esta estrutura de divisão administrativa corresponde ao período anterior às primeiras eleições democráticas porque o processo da democratização após as primeiras eleições no país ficou por completar com a realização das autarquias que não teve lugar até o eclodir do conflito político militar de junho de 1998 que durou 11 meses, com reflexos sombrios na vida dos cidadãos guineenses. O contexto social ficou marcado por uma situação de pós conflito. O país optou por uma democracia representativa, um pluralismo político e descentralização administrativa. As eleições de 1994 permitiram a criação de instituições democráticas, sendo a Assembleia Nacional Popular um exemplo. A liberalização política favoreceu, entre outras, a organização da sociedade civil, a expansão da imprensa, a emergência de ONG, associações e Sindicatos que contribuem de forma notória para a constituição de uma opinião pública nacional organizada.

Com efeito, o conflito político-militar de 1998 colocou em risco todos os avanços conseguidos antes e agravou a situação por si já precária dos sectores sociais.

1.1.4 Quadro macro-económico

A Guiné-Bissau apresenta um PIB calculado na ordem dos 145,9 milhões de FCFA em 2001, sendo um dos mais baixos da África Subsahariana. Em matéria económica, na senda dos três Programa de Ajustamento Estrutural a partir de 1987, o país engajou-se na via da economia de mercado e da iniciativa privada. A taxa de crescimento real do PIB caiu de 3.5 % em 1999 para 1.8% em 2000, mantendo-se estável em 2001. A partir de 2 de Maio de 1997, a Guiné-Bissau aderiu a UMOA, permitindo assim o acesso a um mercado mais vasto e o aumento potencial dos investimentos.

Segundo um relatório mundial sobre o desenvolvimento humano do PNUD para 2000, a Guiné-Bissau situa-se na 169ª posição entre os 174 países do mundo. Se esforços notórios foram feitos em matéria de política fiscal traduzidos no aumento das receitas, a evolução dos salários da função pública está ainda longe de corresponder ao custo de vida. 80% da população é considerada pobre (DENARP 2002): 26,5% classificado como sendo extremamente pobre enquanto que 22,5% considerado moderadamente pobre. Os estudos apontam para a aplicação do Programas de Ajustamento Estrutural como factor que levou à deterioração das condições de vida das populações, provocando uma

pauperização generalizada, principalmente das camadas mais vulneráveis, mulheres e crianças. A queda do PIB, equivalente a 28%, agravou ainda mais a pobreza. Segundo os dados disponíveis, as perdas do capital privado causadas pela destruição, requisições, confiscos e pilhagem de propriedades e a perda de oportunidades de negócios são estimadas em 90 milhões de USD.

A nível global, a economia foi gravemente desarticulada. Houve uma considerável descapitalização, fugas de capitais e as reformas então iniciadas foram completamente interrompidas.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

1.2.1 Natureza e Âmbito

1. O Ministério da Educação Nacional doravante, MEN é o departamento governamental que tem a seu cargo a Definição da política nacional da educação, alfabetização, ensino técnico, formação profissional e pesquisa.
2. A acção do MEN desenvolve-se no âmbito das administrações central e local e tem por fim promover a criação e correcto funcionamento de um sistema nacional de Educação e Formação segundo as necessidades do desenvolvimento global do país.

1.2.2 Estrutura orgânica

1. O Ministério da Educação Nacional integra órgãos e serviços (centrais e desconcentrados) e estabelecimentos escolares do Ensino Superior.
2. Cabe aos serviços centrais, através das Direcções regionais, a orientação e coordenação dos estabelecimentos do ensino.

1.2.3 Órgãos e serviços

O Ministério da Educação Nacional integra os seguintes órgãos e serviços:

Órgãos/serviços centrais

De carácter consultivo

Conselho Nacional da Educação
Conselho Directivo do MEN

De Apoio Administrativo

Secretaria Geral do Ministério
Gabinete do Ministro

De carácter Técnico-Administrativo

Direcção Geral de Estatísticas e Planificação
Direcção dos serviços de Administração e Finanças
Direcções dos serviços de Infra-estruturas Escolares

De Carácter Operativo

Direcção Geral do ensino Básico
Plano Nacional de Acção EPT

Fevereiro 2003

Direcção Geral do ensino secundário e Superior
Direcção Geral de Alfabetização, Educação não formal, ensino técnico e formação profissional.

De Supervisão e Controlo da Educação

Inspeção Geral do Ensino

Estruturas Autónomas de Concepção, Pesquisa e Formação

- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação – INDE
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP

Serviços Desconcentrados

- **De Carácter Operativo Administrativo**

Direcções Regionais da Educação

- **De Supervisão e Controlo**

Serviços Regionais de Inspeção e Coordenação Escolar

1.3 DESCRIÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU

1.3.1 Estrutura do sistema

O sistema educativo da Guiné-Bissau está numa fase de reformas. Sua estrutura actual compreende duas vertentes: formal e não formal; cinco níveis de ensino, a saber: **i)** ensino pré-escolar, **ii)** ensino básico elementar e ensino básico complementar; **iii)** ensino secundário geral e ensino secundário complementar; **iv)** ensino técnico e profissional; e **v)** ensino superior não universitário e ensino superior universitário.

Formal

- O **ensino pré-escolar** continua num estado embrionário e de carácter urbano porque está essencialmente implantado na capital. É destinado as crianças de 3 a 6 anos e é opcional.. Em 1999/2000 o efectivo da pré-escolar era de 4.159 alunos cujo 62% dos inscritos pertencem aos estabelecimentos privados. A maioria dos educadores é constituída por auxiliares de educadores não diplomados.
- O **ensino básico elementar** compreende as quatro primeiras classes. É obrigatório e gratuito segundo os diplomas em vigor.
- O **ensino básico complementar** compreende as quinta e sexta classes. A reforma do ensino básico em curso consiste na uniformização dos ciclos do ensino básico elementar e complementar num ciclo único de seis anos de escolaridade obrigatório para todos. A passagem automática esta prevista no fim do 1º 3º e 5º anos. Em contrapartida as provas de passagem são exigidas no fim do 2ª 4ª e 6ª classes.
- O **ensino secundário** compreende duas principais vias: o ensino secundário geral e o ensino técnico e profissional. O ensino secundário geral compreende dois ciclos de uma duração total de cinco anos repartidos da seguinte forma: **i)** o ensino secundário geral compreendida de 7ª a 9ª classes e **ii)** o ensino secundário complementar constituído de 10ª e 11ª classes. A idade

normal de entrada no ensino secundário é de 15 a 16 anos, enquanto que a idade teórica oficial de entrada é de 13 anos.

- **O ensino técnico e profissional** foi duramente afectado pelo conflito armado de 1998/99. A maior parte dos estabelecimentos que funcionavam antes da guerra estão inoperacionais. O principal centro de formação Industrial foi totalmente destruído. Somente duas estruturas publicas estão ainda em funcionamento; o Centro de Formação Administrativa de Bissau com uma capacidade teórica de 650 estudantes mas que actualmente não funciona nas suas capacidades plenas e o Centro de Formação Experimental comunitária de Bedanda que oferece as formações de curta duração nos ofícios de artesanato, transformação dos produtos agrícolas e a gestão que tem uma capacidade de cerca de 300 aprendizes por ano.
- No sector privado, duas estruturas de formação profissional confessionais que funcionam ainda no esquema da formação profissional clássica e oferecem formações de 3 anos num determinado número de profissões/ofícios de base (carpintaria, mecânica, electricidade e há pouco tempo informática). Os centros de formação agrícola que funcionavam com o apoio dos parceiros bilaterais, (em Bachil, Empada etc.) cessaram as suas actividades. Só o centro de formação camponesa de Bachil (CFCB) dispensa os cursos de formação agrícola no quadro da parceria com as ONG.

Ainda no quadro de Formação técnica profissional, existe o Centro de Formação Técnica de ADPP (Escola Vocacional) em Bissorã que ministra a Formação nas áreas de carpintaria, mecânica e de construção

- **O ensino superior** é muito pouco desenvolvido e a formação da maior parte dos quadros superiores desenrola-se no estrangeiro. Os principais países de acolhimento são os denominados no passado por países do leste europeu tal como a ex União Soviética e outros países amigos como Portugal e Cuba. O ensino superior considerado como não Universitário compreende Escola nacional de saúde, Escola Normal superior Tchico Te. Estas escolas recrutam após o ensino liceal para um ciclo de formação de 3 anos .A Universidade Amílcar Cabral que devera abrir as suas portas em 2002/2003 permitira . Formar localmente os quadros superiores de que necessitam a administração e o sector privado.

Não formal

O sistema educativo não formal é constituído de alfabetização e educação de adultos, pelas escolas de outro tipo nomeadamente Madrassas corânicas e as chamadas particulares de incidência urbana. Hoje assiste-se no subsistema por impulsão das ONG um crescimento vertiginoso das escolas comunitárias.

1.3.2 Evolução do sistema educativo

O sistema educativo da Guiné-Bissau conheceu uma evolução dos principais indicadores segundo os diferentes níveis de ensino. O pré-escolar, apesar de um aumento dos efectivos conserva um carácter embrionário e exclusivamente urbano. Em 1999/2000, o número de crianças inscritos no pré-escolar atingiu 4.159 crianças.

O ensino primário, registou uma progressão significativa das taxas de escolarização entre 1997/1998 e 1999/2000 apesar da situação de conflito. As taxas brutas passaram de 67% a 79% para o EBE (Ensino Básico Elementar) e de 34% à 46% para o EBC(Ensino Básico Complementar) ou seja uma evolução de 57,8% e de 69,4% para o conjunto do Ensino Básico. Enquanto que esta taxa não tinha evoluído mais que de 46,3% a 57,8% entre os anos 1991/1992 e 1997/1998 (antes do conflito). Em 1999/2000 a duração média da escolarização - numa coorte de mil alunos - era de 4,2 anos, uma progressão notável em relação ao ano de 1993 estimada em 2,6 anos.

A taxa de escolarização melhorou em 2001/2002 (estimativas da taxa bruta de escolarização em 75%) em todo o ciclo básico. Segundo as interpretações do Ministério da Educação, isso deveu-se essencialmente a três factores:

- implementação do ensino básico gratuito;
- distribuição gratuita de manuais;
- implementação das cantinas escolares com o apoio do PAM, cobrindo as regiões de Bafatá, Gabú, Tombali, Quinara e dois sectores da Região de Oio.

Ao nível secundário, as taxas brutas de escolarização passaram de 13,5% a 20% entre 1997/1998 e 1999/2000 respectivamente, ou seja, uma taxa três vezes mais elevada do que as taxas de 1991/1992 que eram de 6,7%.

Apesar das melhorias quantitativas, a fraca qualidade do ensino ao nível do básico e secundário continua a ser preocupante.

O efectivo de alunos no conjunto do ciclo secundário passou de 7.900 em 1992 /1993 a 25.034 em 1999/2000. O número de professores passou no decorrer do mesmo período de 425 em 1992/93 a 1.100 em 1999/2000.

Por outro lado, a formação profissional, particularmente a formação agrícola, encontra-se hoje numa situação crítica. Os centros de formação existentes foram destruídos pela guerra e os parceiros que apoiavam esta área suspenderam as suas intervenções. Este sector requer uma atenção especial para a sua redinamização.

O ensino superior encontra-se na fase de estruturação desde 1999, período da transferência efectiva da tutela da Faculdade de Medicina e da Escola Nacional de Saúde que se encontravam sob a tutela do Ministério da Saúde Pública, para o Ministério da Educação, assim como da Faculdade de Direito de Bissau, que se encontrava sob a tutela do Ministério da Justiça. O projecto de criação da Universidade Amílcar Cabral (já formalizado em 2002) visa integrar os institutos de formação superior não universitários e as faculdades já existentes, nomeadamente, a Faculdade de Direito, de Medicina, a Escola Normal Superior, Escola de Enfermagem e CENFA, de forma a oferecer um leque diversificado de áreas e perfis de formação em resposta às necessidades imediatas e futuras do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em todo caso, a oferta de oportunidades de formação Universitária no país está longe das expectativas, uma vez que, apesar da Universidade Amílcar Cabral ser de carácter público, no acordo da sua criação o governo atribuiu a sua gestão às entidades de direito privado. Factor que limitará a grande maioria de jovens o acesso ao ensino superior universitário.

Apesar das evoluções registadas sobretudo em relação à taxa de escolarização no ensino básico e secundário geral, os desafios continuam em aberto no sector, para a redução das desigualdades de acesso entre os sexos, as regiões e entre as comunidades rurais e urbanas do país, para a melhoria da qualidade do ensino em resposta aos problemas da inserção dos jovens na vida activa e , para a melhoria da eficácia interna e externa do ensino.

1.3.3 1.3.3 Quadro institucional do sector

O Ministério da Educação Nacional (MEN), é uma única estrutura técnica do governo, responsável para a implementação de toda a política nacional da educação a todos os níveis e especialidades do sistema. Para além do Ensino pré-escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário Geral, o MEN é igualmente responsável pela alfabetização e educação de adultos, Ensino profissional e técnico e do Ensino Superior universitário e não universitário.

Existem múltiplas organizações a cooperar no sector educativo do país, que constituem um bloco de parceria de grande importância para o seu desenvolvimento. Para além das iniciativas privadas, existem ONG e outras Associações nacionais ou internacionais, agências de assistência técnica, Organismos do Sistema das Nações Unidas (UNESCO, UNICEF, UNFPA, UNDP PAM OMS), Fundação Guineense de Desenvolvimento Empresarial e Industrial (FUNDEI), Associação da Mulheres da Actividade Económica (AMAE) Acção para o Desenvolvimento (AD), Associação Internacional para a Formação em África, Associação dos Países de língua oficial Portuguesa.(AIFA PALOP), Ajuda do Povo Dinamarquês para o Desenvolvimento (ADPP), as Brigadas de Formação (BRINFOR), o Plan Internacional entre muitas outras.

1.3.4 1.3.4 Política do governo em matéria de educação e formação

A "declaração da Política Educativa" do Governo formulada em Maio de 2000 fixa, como prioridades para os próximos anos, a reabilitação do ensino básico nomeadamente as infra-estruturas destruídas pela guerra e a regularização dos salários dos professores, em atraso. Esta declaração de política é coerente com as disposições constantes do DENARP interino de Setembro de 2000 que fixa também um quadro de acção prioritária na perspectiva de reabilitação do ensino básico após o conflito. Os principais objectivos previstos no DENARP são o aumento das despesas correntes com a educação com vista a atingir 4,5% do PIB em 2003, melhorar a qualidade e eficácia do ensino básico, pela distribuição gratuita de manuais para as 4 primeiras classes e guias para os professores (português e matemática), a construção de escolas de ciclo completo, implantação de cantinas escolares nas zonas prioritárias, o aumento da taxa de retenção para atingir 70% em 2003 e 52% para as raparigas no mesmo período. O DENARP prevê ainda a reabilitação do Ensino Profissional e a promoção da escolarização feminina com vista a uma proporção de 49% em 2003 nomeadamente pelo recrutamento de pelo menos 40% de professoras.

1.3.5 1.3.5 Financiamento da Educação/Formação

O financiamento da Educação na Guiné-Bissau é assegurado de uma maneira geral pelo Estado, ajuda externa e pelas famílias. A evolução do OGE destinado a despesas com a Educação, nomeadamente funcionamento e investimento resume-se no quadro abaixo apresentado.

De facto um orçamento anual na ordem de 3.035 biliões de F CFA em 2001 (ou seja 15.000 F CFA por aluno), o Estado consagra à Educação os recursos extremamente baixos (cerca de duas vezes inferior à média dos países da região africana em que encontramos inseridos) para lhe permitir manter um sistema educativo de qualidade e fazer face ao aumento actual dos efectivos escolar.

Tabela 1 Evolução do Orçamento de Estado consagrado à Educação em milhões de FCFA (1998 a 2001)

Natureza das despesas	1998	1999	2000	2001
Salários	1,211	1,741	2,488	2,585
fora dos salários	0,245	0,526	0,473	0,440
Total funcionamento	1,456	2,267	2,961	3,035
Investimentos sobre orçamento nacional	0,189	0,445	0,46	0
Total do Sector	1,645	2,712	2,961	3,035
Don / apoio orçamental da CEE	0,101	0,100	1,173	-
Investimentos sobre financiamentos exteriores	0	3,843	0	0,724
% das despesas de educação / despesas do Estado	8,8%	11,5%	10,6%	11,2%
% das despesas de educação / PIB	1,35%	2,6%	2,1%	2,2%

Nas despesas executadas, a parte do ensino básico geral e secundário representa mais de 95% das despesas da Educação. Os salários dos professores apesar de inferiores a 1\$ US por dia representam mais de 85% das despesas correntes. As despesas não salariais estão em declínio desde 1999 o que não contribui para a melhoria da qualidade do ensino. Os objectivos do DENARP interino são, de fazer passar a proporção das despesas da Educação de 2% em 2000 a 2,5% do PIB em 2003. A realização deste objectivo exigirá um esforço adicional mais importante do que até hoje foi consentido (2,2% em 2001).

A formação profissional e o Ensino Superior representam menos de 5% das despesas de Educação, facto que torna quase impossível a existência destes sectores de Educação sem outras fontes de financiamento. A implicação das comunidades locais e do sector privado, o autofinanciamento das instituições escolares são necessárias para compensar a insuficiência dos recursos públicos afectos a educação.

Uma parte das despesas de capital é comparticipada pelos pais e pelas colectividades locais, na a construção de escolas e improvisação de espaços que servem de cantinas escolares aprovisionados pelo PAM. As famílias suportam os custos de formação nos estabelecimentos privados através de pagamento das propinas, as cotizações a favor das Associações dos pais e Encarregados de Educação, a aquisição dos manuais escolares etc.

O conflito de 1998/99 abalou fortemente o apoio dos financiadores do sector. A partir de 2000, as acções em curso foram retomadas timidamente. Actualmente, os parceiros do desenvolvimento mais activos no sector são os que se seguem no quadro:

Tabela 2 Intervenção dos Financiadores no Sector

Parceiros de Desenvolvimento	Natureza de intervenção	Montante do projecto
Banco Mundial	Apoio à Educação de Base (pret ou don ?????)	18,5 milhões de US \$
União Europeia	Apoio orçamental	1..3 milhões de FCFA)
BAD	Reabilitação pós conflito. Para educação nas regiões de Bissau, Tombali e Quínara	1.174 milhões de USD
EDUC.III/BAD	Apoio a educação de base, relançamento da formação Profissional, gestão do sistema..	9.923 milhões de UC
Plan International	Apoio à Educação de Base na região Bafatá	6 milhões de \$ US
PAM	Cantinas escolares	1.9milhões de USD (2002)
UNICEF	e Alfabetização, escolarização das raparigas, prevenção, planeamento familiar	Nd

Fonte:

As intervenções dos parceiros do desenvolvimento concentram-se sobretudo no Ensino Básico. Não obstante os esforços despendidos, estes continuam insuficientes face aos objectivos delineados e às necessidades.

Efectivamente, revelou-se necessário construir anualmente mais de 500 salas de aulas durante os próximos 5 anos para substituir as barracas construídas em situação de urgência, reduzir e eliminar o triplu turno, fazer face ao aumento da procura e reduzir as disparidades de acesso e de retenção entre sexos.

Os problemas de alfabetização, de formação profissional e de inserção dos jovens permanecem muito preocupantes. Com efeito, é necessário completar as intervenções em curso através de operações que tendo em conta o carácter prioritário do ensino básico ponham o acento tónico sobre a preparação dos jovens para a realização duma actividade que possa ser geradora de rendimento. Uma tal abordagem permite contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado do sistema educativo no seu conjunto e a melhoria da sua eficácia externa. Aliás, consciente da necessidade de coordenar a ajuda externa ao sector, o Governo empreendeu a organização de reuniões regulares com os parceiros do desenvolvimento com vista a melhorar a informação recíproca e de chegar a uma programação concertada das acções de cada parceiro em relação aos objectivos nacionais.

1.3.6 1.3.6 Constrangimento do Sector da Educação/formação

Fraca qualidade: Apesar dos progressos quantitativos registados, inúmeros problemas afectam o sistema educativo quanto a sua eficácia interna e qualidade. A qualidade dos professores do ensino básico, recrutados na sua maioria com o nível académico de instrução primária, continua a ser uma grande preocupação.

Os apoios obtidos junto aos parceiros do desenvolvimento no sentido de regularizar as dívidas e os compromissos para com o pessoal da Educação minimizar não se foram suficientes, pois os atrasos continuam a verificar-se em relação ao pagamento dos salários e subsídios. De se referir que os salários, por serem baixos, não retêm e nem atraem as competências necessárias à melhoria da qualidade do sistema.

A parte do orçamento consagrado à educação, e que representa menos de metade do que se pode observar nos países que fazem parte da iniciativa HIPIC, é bastante baixo e o nível de investimento não permite fazer face às necessidades em infra-estruturas e outros. A título de exemplo, em 1999, o financiamento público no sector representava 11,5% das despesas do Estado e 2,2% do produto interno bruto.

Fraco Rendimento interno: Em 1999/2000, cerca de 77,8% de crianças em idade escolar que ingressaram na 1ª classe do ensino básico (duma coorte de mil), só 32,5% desta população atingem a 6ª classe, enquanto que são necessários 5 anos válidos de uma escolarização de qualidade razoável para estabilizar as aprendizagens elementares e contribuir assim de maneira eficaz no desenvolvimento. Esta fraca taxa de retenção no sistema é devida, em parte, ao facto de muitas escolas não oferecerem o ciclo completo do EBE.

Constata-se, ainda, que uma proporção importante de crianças não podem prosseguir os estudos numa escola muito distante da sua residência, acabando por abandonar o estabelecimento antes de concluir o ciclo de escolaridade (EBE). A fraca taxa de retenção e a fraca eficácia interna do sistema que daí resulta é agravada pela taxa média de repetência relativamente importante, na ordem de 23%. Em oito anos, somente 25% dos alunos atingem o nível da 6ª classe. Por isso o custo da formação de um aluno é de 2,6 vezes mais elevado do que poderia teoricamente ser.

Desigualdade entre Raparigas e Rapazes e entre as regiões: uma diferenciação importante entre rapazes e raparigas é notória a partir do acesso à primeira classe do ensino básico com 27.600 rapazes para 20.600 raparigas (relação 0,7%) em 1999/2000.

Esta diferenciação se aprofunda, a medida que se avança nos anos de formação, para atingir uma relação de 1,60% na quarta classe. A desigualdade de acesso à educação é mais marcante no meio rural do que nos centros urbanos (100% de acesso para os rapazes nos centros urbanos contra 92% para as raparigas e 95% de acesso para os rapazes no meio rural contra 60% para as raparigas). As taxas de retenção são igualmente mais fracas para as raparigas (57% dos rapazes atingem a 4ª classe contra 37% para as raparigas). Enfim, disparidades regionais importantes subsistem no que respeita à

taxa bruta de escolarização (apresentando as taxas mais baixas a região de Bafatá com 37,7% e a região de Gabú com 47,9 %) no mesmo período em análise.

Analfabetismo: A taxa de analfabetismo geral é actualmente estimada em 63,4% e, para mulheres em particular é de 78,2%. Todavia, o fenómeno continua a merecer preocupação pela inexistência de uma política nacional no domínio, apesar do plano quadro ter delineado importantes elementos de política que aguardam a adopção pelas autoridades competentes.

Existem algumas condições favoráveis à materialização dos objectivos da EPT na Guiné-Bissau. A Constituição da República considera a Educação de Base de 6 anos como gratuita e obrigatória. Na declaração de Política Educativa 1999/2000 o Ministério da Educação Nacional põe o acento tónico na Educação de Base onde é assumido, entre outros compromissos, consagrar à educação 4% do seu PIB contra os actuais 2,2%.

Um importante documento produzido, também de cunho legal, foi o documento contendo 10 medidas básicas a implementar ainda no decorrer do ano lectivo 2001/2002 de entre as quais figura a aplicação do que realmente rege a constituição em matéria de educação básica. Gratuitidade do Ensino de Base de 6 classes. Em cumprimento desta medida os alunos do ensino básico ficaram isentos de quaisquer tipos de pagamentos (já por si simbólicos sobretudo no que concerne à aquisição de Kit (5 a 6 unidades) de livros e manuais e o Kit de material didácticos. Note-se que os dois conjuntos de Kits, custam ao aluno **menos de 2 USD, tudo graças a subvenção da ASDI, que** para uma maior responsabilização dos alunos e dos pais relativamente à conservação e utilização do material de apoio pedagógico achou ser indispensável uma pequena comparticipação dos mesmos.

Os dados estatísticos de 2001/2002 demonstraram existir uma forte pressão da procura, o índice de crescimento relativamente ao ano de 1999 foi de aproximadamente 140% ou seja de 49.499 efectivos.

Tabela 3 : Evolução das Taxas brutas de escolarização

Taxas Brutas de Escolarização	91/92	95/96	99/00	00 / 01
EBE (Ensino Básico Elementar)	53,1	61,4	78,9	83,8
EBC (Ensino Básico Complementar)	28,7	35,4	46,1	52,6
EB (Total Ensino Básico)	46,3	54,2	69,8	75,1

O aumento da taxa de escolarização de 54,2% em 95/96 para 70% em 99/2000 se deveu maioritariamente ao sector privado cuja taxa de participação ronda a volta dos 18,4% (A população procura refúgio nas escolas privadas mesmo que para isso tenha que pagar).

Com o cumprimento das orientações emanadas a nível central “Aplicação da gratuidade do Ensino Básico conforme rege a Constituição” em 2001/2002, **as escolas oficiais tiveram uma inscrição inicial de 171.585.**

A gratuidade motivou fortemente o regresso das crianças que anteriormente foram eliminadas pelos custos da escolaridade. A taxa de escolarização ronda ao nível do Ensino Básico os 90%, (se considerarmos as projecções internacionais da população demográfica e incluirmos ainda os alunos resultantes do esforço do sector privado e Madrassa).

A forte procura pode ser ainda ilustrada com acções de construção de salas de aulas levadas a cabo pela população, e de recrutamento de professores das respectivas tabancas que a própria população paga quer em espécie quer em produtos. Nesta ânsia de procura de oportunidades de acesso a educação, a população chega até ao ponto de levantar as paredes como forma de pressionar o Ministério a realizar a cobertura e fornecer o respectivo equipamento e material pedagógico. Apesar desta boa vontade popular, a maioria destas iniciativas não pode ser satisfeita ou complementada pelo

Ministério da Educação cujo orçamento de investimento é maioritariamente de créditos e obedecem a critérios de desembolsos muito rigorosos.

Uma crescente mobilização em favor de parcerias no sector: Assiste-se a um esforço crescente das ONG nacionais e internacionais, com vocação para o ensino, em trabalhos de grande utilidade com as comunidades no que respeita ao acesso e à melhoria da qualidade do ensino, e é a partir desta colaboração que nasceram as famosas escolas comunitárias. De entre as ONG internacionais, podemos referenciar as intervenções da VSO no domínio da formação, da SNV (por iniciativa de quadros nacionais têm dado uma grande contribuição), a PLAN Internacional que assumiu financeiramente o desenvolvimento integrado da região de Bafatá nos domínios de escolarização de raparigas, construção de escolas, apoio institucional às estruturas de gestão e de controlo do sistema, formação e fornecimento de equipamentos, através de uma linha orçamental de **1.500.000 USD (um milhão e quinhentos mil dólares americanos) anual.**

Ainda, no domínio da parceria com o governo, o UNICEF põe o acento tónico na promoção da escolarização das raparigas e no aperfeiçoamento do corpo docente, enquanto o PAM cobre actualmente as regiões de Bafatá, Gabú e Quínara, intervindo na educação de base apoiando cantinas escolares, a alfabetização e a formação vocacional com um investimento **totalizando 897.954 USD** (oitocentos dezassete mil e novecentos cinquenta e quatro mil dólares americanos). Este Programa pretende estender as suas acções às regiões de Tombali e Cacheu.

Realce-se a parceria com a Missão Católica, a Igreja Evangélica confissões religiosas que muito apoiam não só o ensino básico, a alfabetização como também a formação profissional. A experiência da ADPP na formação profissional tem se revelado importante para os jovens, tanto da região de Oio como das restantes regiões do país que recorrem a esse Centro de formação.

No quadro da integração da educação em matéria de população nos programas de ensino, o FNUAP e apoiou financeira e tecnicamente a concepção, elaboração, experimentação e a extensão, do programa da EvF/EMP no ensino básico desde 1993. Actualmente, FNUAP continua a suportar a educação na generalização EvF/EMP assim como a revisão dos manuais do ensino básico para a eliminação dos estereótipos relativos ao Género. .

1.4 CONTEXTO DE EDUCAÇÃO

1.4.1 1.4.1 O Fórum mundial sobre a EPT realizado em Dakar em Abril de 2000.

Resulta deste importante evento um quadro de acção de educação para todos. Dando um potente eco político ao fórum de Dakar, a conferência de Bamako (Novembro de 2000) reagrupando seis chefes de Estado dos países do Sahel menos escolarizados, confirmou a prioridade acordada a adopção de estratégias eficazes e a escolha de acções fortes para realizar a educação de base universal, factor de desenvolvimento durável e estratégia fundamental da luta contra a pobreza.

Entre outras recomendações, foi colocado um acento particular sobre a necessidade de um plano Nacional de Acção de Educação Para Todos (PNA/EPT). O referido plano para ser credível deverá ser acompanhado de uma política vigorosa de comunicação, de uma larga concertação para levar à mobilização de toda a comunidade educativa em torno das grandes reformas apoiadas pelos parceiros do desenvolvimento.

O quadro de acção de Dakar adoptado pelo conjunto da comunidade internacional visa seis objectivos:

- i) Desenvolver e melhorar sob todos os aspectos a protecção e educação da pequena infância, e nomeadamente as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

- ii) Fazer de maneira a que até 2015 todas as crianças em dificuldade e aquelas que pertençam as minorias étnicas tenham a possibilidade de aceder a um ensino básico gratuito e obrigatório de qualidade e de o prosseguir até ao seu término.
- iii) Responder às necessidades educativas de todos os jovens e todos os adultos, assegurando um acesso equitável aos programas adequados tendo por objecto a aquisição de conhecimentos assim como das competências necessárias à vida corrente.
- iv) Melhorar em 50% o nível de alfabetização dos adultos, nomeadamente das mulheres até 2015 e assegurar a todos os adultos um acesso equitável aos programas de educação de base e de educação permanente.
- v) Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a paridade neste domínio até 2015 velando nomeadamente em assegurar às raparigas um acesso equitável e sem restrições a uma educação de base de qualidade com mesmas chances de sucesso.
- vi) Melhorar sob todos os aspectos a qualidade de educação numa perspectiva e de excelência, por forma a obter para todos os resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, nomeadamente nos domínios da leitura, da escrita, do cálculo e as competências indispensáveis à vida quotidiana.

1.4.2 1.4.2 O Renascimento Africano

No quadro da África Subsahariana, os países desejam que o século XXI seja o de uma África viva, resplandecente na diversidade das suas culturas e unida na sua vontade de pôr termo à sua marginalização. O Renascimento Africano visa resolver os problemas crónicos da pobreza, da doença, da fome, do conflito, da má governação e da corrupção a partir dos valores próprios ao continente, conjugados aos métodos modernos de gestão e da tecnologia.

Nesta África renovada “ a educação deverá preparar as crianças, os jovens e os adultos a tomar em mãos os próprios destinos, libertando de toda a dependência”

A Guiné-Bissau dispõe já de um Plano Quadro Nacional de Educação Para o Desenvolvimento Humano cuja a implementação se iniciou em 1996. O Plano Nacional de Acção EPT pretende ser um instrumento de planificação, em harmonia com as orientações, as opções partilhadas do Plano Quadro. É então para o país um poderoso instrumento de pilotagem permitindo realizar a educação de base universal.

A política Educativa da Guiné-Bissau é, por um lado, inspirada nas conclusões e recomendações das conferências internacionais (Jomtien 90, Dakar 2000) e, por outro lado, nas conferências regionais (MINEDAF-VI; 46º sessão geral de CONFEMEN, Conferencia Pan Africana sobre a Educação das raparigas).

O sistema educativo é ainda pouco performante devido às insuficiências em termos de infra-estruturas, à baixa qualificação do corpo docente e à penúria de material didáctico adequado.

O conjunto destas dificuldades influi na taxa de frequência (taxa de escolarização estimada em 75,1% em 2002. A eficácia interna é fraca, com taxas de repetências situada em (23;5% em 2000) e a de abandono (18% em 2000). A desigualdade no acesso entre rapazes e raparigas é ainda considerável sendo a taxa bruta de admissão na primeira classe de 65,6% das raparigas entre 7 a 12 anos contra 90;2% dos rapazes.

De acordo com os dados do INEC (31 Dez 99), a taxa de analfabetismo na população de mais de 15 anos é de 63,6% com uma predominância na população feminina (83,3% de mulheres e 36,6% de homens).

No que concerne a educação não formal, de momento não existe qualquer dado estatístico. Trata-se de um sistema que reúne todas as actividades organizadas fora do sistema formal com vista a fornecer diferentes tipos de aprendizagem e de saber-fazer. Verifica-se que este sistema de enquadramento de jovens é praticamente inexistente. Em 1995, foi elaborada uma proposta de intervenção nesta área denominada “Sábado na Minha Escola” integrando vários aspectos do saber e do saber-fazer relacionados com a participação na vida quotidiana dos jovens. A proposta foi aceite e o programa foi experimentado em algumas escolas seleccionadas (em Bissau e nas regiões) com apoios pontuais da ASDI, Radda Barnen e UICN, contudo, não teve avanço devido a constrangimentos financeiros.

1.5 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PNA EPT

A abordagem participativa constituiu a pedra de toque de todo o processo de elaboração do plano nacional EPT.

Tendo presente os critérios de avaliação da credibilidade do plano nacional o processo foi desencadeado em fases distintas nomeadamente: administrativa, institucional, que consistiu na institucionalização dos dispositivos administrativos de seguimento através da célula de coordenação nacional, equipa técnica nacional e fórum nacional EPT integrando diferentes componentes da sociedade designadamente instituições públicas, organizações da sociedade civil, parceiros multilaterais de cooperação, etc.

A Segunda fase que podemos designar de envolvimento sócio-político consistiu na realização de um encontro do Senhor Ministro da Educação Nacional com os chefes de agências do sistema das Nações Unidas e outros parceiros de desenvolvimento com vista a discussão e adopção do plano de trabalho de elaboração do PNA/EPT. Seguidamente realizou-se o fórum nacional que durante três dias serviu para apresentação do quadro de acção de Dakar na perspectiva de uma reflexão nacional quanto a pertinência dos seis objectivos no contexto da Guiné-Bissau.

O fórum produziu como resultado a constituição da comissão técnica interdisciplinar e inter-sectorial, com a tarefa de realização de estudos temáticos sob a responsabilidade dos consultores nacionais recrutados para o efeito.

A terceira fase que combinou as perspectivas técnicas e participativa, incidiu sobre a recolha de dados dos estudos através de pesquisa bibliográfica, inquéritos de terreno e consultas regionais que visaram vulgarizar os objectivos EPT e auscultar as diferentes preocupações das populações em matéria de educação. Após as consultas regionais, sempre na perspectiva da abordagem participativa e interactiva realizou-se o Atelier de validação das opções temáticas com base nos resultados dos estudos temáticos.

Do Atelier temático resultou a validação dos relatórios dos estudos temáticos e adopção da estrutura do Plano Nacional EPT.

Em consequência da validação das opções temáticas seguiu-se a etapa de formulação do plano com a realização do Atelier de formulação enquanto primeiro passo da validação técnica com forte incidência da abordagem “expert”.

A primeira versão, resultante do Atelier, foi objecto de validação técnica: primeiro, ao nível das estruturas do ministério da educação através de uma consulta sectorial, depois, consulta aos parceiros com vista a restituição e incorporação das críticas e sugestões. Após as consultas técnicas de validação

passou-se a validação social que se iniciou com a consulta aos parlamentares e realização do fórum nacional de validação.

Após a validação social, o PNA foi submetido a adopção pelo conselho de ministros em forma de proposta de lei que foi submetido a discussão e adopção pela ANP.

2 DIAGNÓSTICO E PRIORIDADES SUB-SECTORIAIS

2.1 DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA INFÂNCIA

2.1.1 Acesso

Segundo os dados projectados pelo GEP com o apoio da equipa técnica da missão do Banco Mundial (Mamy Rakotomalala) em 1999, num universo de 306.607 crianças com a idade compreendida entre 0-6 anos, apenas 4.159 crianças de 3-6 anos tem acesso a educação pré- escolar o que corresponde a uma taxa de 2,3 % na referida faixa etária. Destes, 62% pertencem aos estabelecimentos privados. Das 4.159 crianças inscritas, apenas 2.132 são do sexo feminino correspondendo a uma taxa de acesso e de participação de 2,3.%.
A distribuição dessas crianças com acesso a educação, é abaixo ilustrada, por regiões do país, sendo:

2.462 do SAB dentre os quais 1276 do sexo feminino;
201 da Região de Biombo sendo 91 do sexo feminino;
226 da Região de Bafatá dos quais 118 do sexo Feminino;
259 da Região de Gabu sendo 133 do sexo feminino;
105 da Região de Tombali dentre os quais 64 do sexo feminino;
528 da Região de Cacheu sendo 273 do sexo feminino;
137 da Região de Oio dentre os quais 61 do sexo feminino;
241 da região de Quinara sendo 115 do sexo feminino.

Insuficiência de infra-estruturas da Educação Pré-escolar

Os dados estatísticos de 1999/2000 (GEP), apontam para a existência de 55 Centros de Educação Pré-Escolar distribuídos numa forma desigual por diferentes regiões do país. Estima-se que esse número possa ser superior ao actual devido a enormes dificuldades na recolha de informações e de dados estatísticos. Bissau concentra o maior número de centro (31 no total) o que equivale a 57.4 %.

A distribuição dos referidos centros por regiões é ilustrada no quadro que a seguir se apresenta.

Tabela 4 : Repartição dos Centros de Educação Pré- Escolar por regiões (1999/2000)

<u>Escolas</u>			
Regiões	Públicas	Privadas	Total
SAB	4	28	32
Biombo	-	3	3
Bafatá	1	1	2
Gabú	1	1	2
Tombali	-	1	1
Cacheu	6	3	9
OIO	2	-	2
Quinara	4	-	4
Total	18	37	55

2.1.2 Enquadramento pedagógico

Inexistência de centros de formação de educadores de infância e outro pessoal de enquadramento:

Neste momento o país possui 231 Educadores e animadores de Infância, dos quais 170 se dedicam directamente as actividades ou enquadramento pedagógico. Deste número, 86 pertencem aos centros públicos.

Ao nível de qualificação, dos 231 educadoras e animadoras, apenas 43 possuem uma qualificação pedagógica minimamente adequada o que representa cerca de .18.6%. os restantes não possuem a formação mínima adequada para o exercício da docência nesta faixa de ensino.

Programas inadequados:

Ausência de definição do currículo para a educação da pequena infância por parte da autoridade competente (Ministério da Educação), pelo que não existe um plano de estudo oficialmente adoptado apesar da existência de um projecto de política curricular elaborado com o apoio técnico e financeiro do UNICEF desde 1994. Esta situação provocou e vem provocando uma multiplicidade e diversificação de programas da pré-escolar ministrados nos diferentes centros.

Insuficiência de materiais didácticos apropriados e de principais suportes pedagógicos:

Fraco poder de compra decorrente do fraco rendimento da maioria dos pais e encarregados de educação.

2.1.3 Gestão

Ao nível do Ministério da Educação, não existe um Orçamento afecto directamente à educação da pequena infância, não obstante existir uma estrutura no Ministério encarregue de questões da educação pré-escolar.

No quadro da estrutura orgânica do Ministério da Educação os serviços de apoio à pequena infância têm uma expressão muito ínfima.

Falta de coordenação dos diferentes centros e/ou de iniciativas e acções de outros agentes que operam no sector por parte do Ministério da Educação.

Em 1996 existia no total, a nível de todo o país, quatro Centros Comunitários de protecção e educação da pequena infância, sendo um (1) em Sonaco, leste do país; dois (2) em Iemberem e um (1) em Cabedu, Sul do país, que deixaram de existir pela não implicação/envolvimento da comunidade local na sua gestão.

Insuficiência de recursos humanos tanto em termos de qualificação como em termos de quantidade para assegurar o regular funcionamento dos centros.

Inexistência do pessoal de enquadramento técnico-pedagógico dos agentes docentes da educação da pequena infância.

Concepção tradicional e convencional da educação da pequena infância entendida unicamente como jardim da infância e creches não como centro de educação e de protecção que integra as dimensões de nutrição, saneamento básico e de prevenção contra as endemias.

2.1.4 Principais factores de estrangulamento da situação diagnosticada

- Importante índice de pobreza, sobretudo nas zonas rurais;
- Elevado custo acarretado por este nível de educação;
- Factores culturais que impedem a maioria dos pais a confiarem à outras pessoas a educação dos seus filhos;
- A marginalidade da pequena infância na política do Governo para a educação.

2.1.5 Prioridades:

- Redefinição de conceitos da pequena infância no quadro da política educativa do Governo em conformidade com os engagements do Fórum Mundial;
- Criação de cursos de Educadores nas escolas de formação de professores 2003/2007);
- Elaboração de programas de formação 2003/2007)
- Confecção de materiais e outros suportes didácticos (2003/2007)
- Apoio e reforço das iniciativas existentes na criação e alargamento de centros de educação da pequena infância (2003/2007);
- Reforço de capacidade institucional de estruturas de apoio à pequena infância, existentes no Ministério da Educação (2003/2007);
- Promoção de Centros Comunitários de nutrição e Saneamento Básico (2003/2007);
- Criação de centros de educação pré-escolar junto das comunidades por forma a aliviar as mães para poderem dedicar a 100% às suas actividades, assim como as raparigas para que possam estudar e formar-se.

2.2 ENSINO BÁSICO

2.2.1 Acesso:

Apesar de a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Básico estarem consignadas na Lei Fundamental da Guiné-Bissau, o sistema de ensino está longe de poder acolher uma boa parte das crianças em idade escolar (7anos), deparando o sistema com problemas de infra-estruturas (agravada pela recente guerra que deflagrou o país) que compromete grandemente o acesso, a qualidade da oferta, a equidade a vários níveis e a gestão do sistema. Tomando como exemplo os dados do GEP-1999/00 constata-se que dos 42.578 crianças em idade escolar, apenas 33.110 são admitidas na 1ª classe, o que representa uma taxa bruta geral de admissão de 77,8%, sendo para rapazes de 92,2% e de 65,6% para as raparigas (dados do GEP/1999/00).

A taxa média de escolarização nas idades dos 7 – 12 anos é de 69,4%, correspondendo 85,0% a rapazes e 54% a raparigas, registando-se as taxas mais baixas nas regiões de Bafatá e Gabú com 37,7% e 47,9% respectivamente, sendo as regiões de Biombo e Bolama com 126,3% e 114% respectivamente.

Em termos de alunos efectivos por nível de ensino constata-se uma evolução substancial entre 1991 a 1999, verificando-se em 1991/92, 67064 alunos e em 1999/00, 123307 alunos, conforme o Quadro 1 em que também se pode ver a evolução dos alunos no ensino secundário (Mingat & Mamy: 2001).

Tabela 5 : Evolução dos efectivos escolares por nível de ensino, 1991-1999
(não inclui o curso nocturno)

Anos lectivos	1991-92	1992-93	1993-94	1994-95	1995-96	1996-97	1997-98	1998-99	1999-00
EBE (1 – 4)	67 054	64 796	74 055	75 016	86 305	-	99 337	-	123 307
EBC (5 – 6)	13 964	15 308	17 270	19 561	19 125	-	19 386	-	27 712
ESG (7 – 9)	5 854	7 143	7 998	13 099	12 580	-	13 167	-	20 004
ESC (10 – 11)	852	1 016	1 212	1 812	2 177	-	2 754	-	5 030

Esta evolução, que também é registada ao nível da Taxa Bruta de escolarização, esconde a disparidade que se verifica entre rapazes e raparigas: por exemplo no ano lectivo 1999/00 num total de 123.307 alunos, 72.974 (59%) era o número de rapazes, correspondendo 50.333 (41%) às raparigas (Quadro2 – Mingat & Mamy: 2001). No mesmo quadro, a percentagem da repetência é apresentada em número de 27% no EBE 27% Sector Público e 10% nas escolas Privadas e Madrassas. No EBC, 26% corresponde à taxa de repetência no sector público e 5% nas escolas Privadas e Madrassas. Trata-se de mais um constrangimento com que se depara o sistema educativo e que aponta para a premência de medidas para a sua redução. Os dados do GEP referentes ao ano lectivo de 1999/00 apontam, ainda, para um outro problema: a taxa de abandono, que representa 18%.

Tabela 6 : Efectivos escolares (rapazes e raparigas) por anos de escolaridade e proporção de repetência (público e privado), 1999-2000

	Efectivos			Rapazes/Raparigas	% repetência		+
	Rapazes	Raparigas	Total		Público	Privada Madrassa	
1 A	27 607	20 602	48 209	1,34	27	10	
2 A	18 197	12 115	30 312	1,50	29	11	
3 A	14 691	9 820	24 511	1,50	26	10	
4 A	12 479	7 796	20 275	1,60	26	11	
EBE	72 974	50 333	123 307	1,45	27	10	
5 A	9 756	5 891	15 647	1,66	22	5	
6 A	7 589	4 476	12 065	1,70	30	6	
EBC	17 345	10 367	27 712	1,67	26	5	
7 A	5 696	3 087	8 783	1,85	16	12	
8 A	3 988	2 211	6 199	1,80	25	10	
9 A	3 228	1 794	5 022	1,80	25	19	
ESG	12 912	7 092	20 004	1,82	21	13	
10 A	2 049	1 234	3 283	1,66	17	9	
11 A	1 148	599	1 747	1,92	14	14	
ESC	3 197	1 833	5 030	1,74	16	12	

Estes dados sugerem a necessidade de uma séria e rápida intervenção no ensino básico de forma a reduzir as disparidades entre os sexos. Porém, a nível do sistema, não se constata apenas constrangimentos de equidade no que respeita aos sexos (rapazes e raparigas), mas também entre crianças deficientes e as ditas normais, não tendo o sistema a capacidade de despistagem de deficiências, nem existindo escolas especiais que tenham em conta esse grupo mais vulnerável entre as crianças.

Os constrangimentos apontados vão ter, ainda, o seu reflexo na retenção das crianças ao longo dos ciclos de ensino, constatando-se desperdícios e repetências: taxa de acesso na 1^A de 86,5; taxa de retenção no EBE de 54,7; taxa de transição EBE-EBC de 90,6; taxa de retenção no EBC de 75,9 e de transição EBC-ESC de 88,8; taxa de retenção no ESG de 58,7; taxa de transição ESG-ESC de 75,2 e taxa de retenção não ESC de 58,0 (Mingat & Mamy: 2002).

Porém, os problemas não se resumem às baixas taxas de participação de crianças na escola, nem só às altas taxas de abandono e de repetência. Encontramos no sistema uma excessiva centralização dos serviços administrativos e uma fraca dinâmica nos gestores provocadas não só pela fraca ou falta de uma formação técnica adequada, mas também por falta de recursos materiais e financeiros que permitam materializar as acções programadas. Pois a dotação orçamental para a Educação é muito fraca em relação às necessidades do sector. Os dados orçamentais globais da Educação e do Estado entre 1999-2001 (em milhões de Fcfa) mostram que as despesas com a Educação nas despesas de Estado passou de 11.5% em 1999 para 11,2% no ano 2001; enquanto que, as despesas correntes da Educação no PIB passou de 1.6% para 1.8% no mesmo período em análise. Estes dados macro-económicos indicam por si só o pouco recurso dotado à Educação.

No que respeita à formação inicial dos professores o sistema educativo guineense conta apenas com duas escolas de formação de professores para o Ensino Básico (uma em Bolama em estado de degradação e outra em Bissau que depara com falta de recursos humanos e materiais), uma Escola Normal Superior, para formação de professores do Ensino Secundário e uma escola de formação de professores de Educação Física e Desporto Escolar, estando as duas últimas também em Bissau. Os professores formados nestas escolas não são suficientes para cobrir as necessidades, uma situação que é agravada pela fuga de quadros para outros sectores mais rendíveis e para o estrangeiro por falta de incentivo.

No que concerne a parceria, envolvimento da comunidade, dos pais e encarregados de educação, das ONG nacionais e internacionais no desenvolvimento do sector – nota-se que existe predisposição, pois são testemunhas a comparticipação das várias comunidades nas construções de escolas, e outros apoios - mas essa relação necessita ser consolidada na base de determinação da responsabilidade de cada um.

O diagnóstico acima apontado espelha a situação do sistema, mostrando alguns aspectos que podem constituir força na resolução dos problemas e das debilidades que impedem o desenvolvimento do sector respeitante ao acesso, à qualidade, à equidade e à gestão, pelo que se segue a listagem dos constrangimentos.

Em relação ao **acesso** registou-se os seguintes factores de estrangulamento:

- Insuficiência de infra-estruturas escolares;
- Insuficiência de professores;
- Inadequação dos programas à realidade sociocultural do país;
- Inadequação do calendário escolar à realidade sócio-económica;
- Existência de constrangimentos de ordem cultural (... práticas nefastas);
- Debilidade económica das populações
- Insuficiência de recursos financeiros dotados à Educação;
- Insuficiente colaboração dos actores;
- Insuficiência de escolas com ciclos completos;
- Exclusão de escolas de outro tipo no sistema (Madrassas);
- Retenção de raparigas para tarefas domésticas e outras;
- Gravidez precoce.

2.2.2 Qualidade:

Quanto à **qualidade** registam-se os seguintes constrangimentos:

- Insuficiente número de professores formados;
- Precariedade da maior parte das infra-estruturas educativas;
- Programas inadequados à realidade sociocultural da comunidade;
- Falta de meios didácticos;
- Manuais escolares insuficientes e inadequados;
- Sistema de Avaliação inadequado;
- Tempo lectivo reduzido (regime triplo);
- Fraco nível de uma boa parte dos professores diplomados;
- Falta de incentivos (subsídio de isolamento, alojamento, etc.)
- Salário baixo e o seu pagamento irregular;
- Não integração no currículo escolar da perspectiva género;
- Não integração da educação sanitária no currículo escolar;
- Elevada taxa de abandono escolar, 18%, sobretudo no meio rural;
- Elevada taxa de repetência de 27 % ;
- Fraca performance de algumas escolas privadas;
- Dificuldade de recrutamento e retenção dos professores em zonas mais isoladas;
- Deficiente domínio da língua de ensino;
- Desequilíbrios regionais em termos da rede escolar;
- Enormes carências de mobiliário, equipamentos e outros materiais didácticos;
- Inexistência da abordagem da cultura da paz no sistema de ensino em geral (educação para a cidadania);
- Incipiente abordagem de aspectos ligados à saúde preventiva (HIV/SIDA e doenças sexualmente transmissíveis);
- Falta de um sistema de avaliação do pessoal docente e não docente;

No que se refere à **equidade** constatam-se os seguintes problemas:

- Disparidade de intervenção nas regiões;
- Disparidades regionais em termos de taxas de escolarização;
- Disparidade entre rapazes e raparigas;
- Disparidade de participação na escola entre crianças deficientes e as ditas normais;
- Disparidades regionais na estrutura de qualificação dos professores;
- Desequilíbrios regionais em termos da rede escolar;

2.2.3 Gestão:

Quanto à **gestão do sistema** verificam-se os seguintes entraves:

- Excessiva centralização dos serviços administrativos;
- Deficiente qualificação do pessoal administrativo;
- Insuficiente rede de comunicação/informação institucional;
- Desobediência no cumprimento das normas básicas do funcionalismo público;
- Ausência de responsabilização pelas falhas que se verificam na gestão da coisa pública;
- Falta de incentivos ao pessoal administrativo (baixo salário pago irregularmente, precariedade das condições de trabalho, falta de formação contínua, falta de ascensão a nível da carreira profissional);
- Indefinições, vazios e sobreposições de competências nomeadamente no que se refere as relações entre a administração central e as direcções regionais e locais.

2.2.4 Financiamento:

Relativamente ao **financiamento** para o funcionamento do sistema educativo registam-se as seguintes dificuldades:

- Adopção orçamental insuficiente para o funcionamento do sistema educativo;
- Execução incompleta do orçamento para o sector (apenas 12,5 %: 1991);
- Excessiva centralização da gestão financeira;
- Inexistência de bancos comerciais nas regiões;
- Fraca capacidade técnica da maior parte dos gestores do sistema;
- Má gestão dos recursos (humanos, materiais e financeiros);
- Redução drástica da ajuda externa;
- Fraca capacidade de mobilização de recursos financeiros a nível externo;
- Excessivo peso dos subsídios e das horas extraordinárias na remuneração do professor.

2.2.5 Prioridades:

- Alargamento da rede escolar;
- Formação inicial e em serviço dos professores;
- Formação inicial e em serviço de inspectores;
- Adequação, produção e distribuição em tempo útil de materiais didácticos;
- Adequação dos programas e do Calendário Escolar à realidade do país;
- Redução de disparidades entre os sexos;
- Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação;
- Promoção da saúde escolar.

2.3 ALFABETIZAÇÃO

A Alfabetização e a educação de adultos, no quadro do sistema não formal, ocupam um lugar marginal no sistema educativo, isto em termos quantitativos dos seus efectivos bem como do ponto de vista da fatia que lhe é atribuída no Orçamento Geral da Educação(0,04%-dados preliminares do GEP2000)

Desde os primeiros anos de independência, a Guiné-Bissau empreendeu uma vasta operação de alfabetização, em particular, no seio do exército, através da campanha de alfabetização iniciada em 1974. Tendo em conta a extensão do analfabetismo no seio das populações, era igualmente necessário tomar iniciativas para a criação de estruturas encarregues do combate ao analfabetismo. A criação de um serviço encarregue da alfabetização e da educação de adultos na nova República foi um passo importante na luta pela eliminação do analfabetismo.

No período 1976-77, foi lançada uma campanha nacional de alfabetização apoiada e orientada pela equipa de Paulo Freire. Foram formados formadores de formadores, distribuídas bicicletas e apoios financeiros para a realização da formação dos futuros animadores em mais de 40 centros do país. Mas esta campanha não veio a ter continuidade.

As acções de alfabetização foram desenvolvidas a partir de alguns projectos de desenvolvimento, tal como o projecto de algodão, amendoim e arroz na zona de Bafatá, com associações comunitárias. Seguiu-se uma estratégia de junção : alfabetização/produção. Assim, segundo as zonas e os projectos de acolhimento, foram levadas a cabo experiências com o apoio de parceiros externos.

Nos anos 80, a educação beneficiou de apoios da Suíça e da Suécia, através da DDA e da ASDI aos projectos de alfabetização em línguas nacionais, nomeadamente Balanta e Crioulo. Quanto à alfabetização em Fula, ela foi feita sobretudo em torno do projecto de algodão, com 21 associações

comunitárias. A CFDT francesa financiou, à partida, o projecto de algodão, que abarcou 1290 pessoas repartidas por 46 tabancas.

Em 1984/85, recensearam-se 80 centros reunindo 1.170 inscritos orientados por 93 animadores. Os centros dispensavam 57 sessões de alfabetização em crioulo, com 88,3% dos inscritos.

O Serviço Nacional de Alfabetização animou dez centros de alfabetização, tanto na zona rural como na zona urbana. Nos centros urbanos, a alfabetização tinha lugar 5 vezes por semana, a razão de 2 horas por dia num período de 4 a 6 meses. No meio rural, tendo em conta os constrangimentos culturais, a alfabetização fazia-se três dias por semana, a razão de 2 horas por dia.

Em 1997 teve início uma nova experiência “alfabetização de mulheres e raparigas” através de um projecto piloto apoiado por PNUD/UNESCO e UNICEF, tendo alfabetizado durante o ano lectivo de 1997/1998 um total de 2.239 alfabetizandos dos quais 1.771 mulheres e 468 homens, experiência essa interrompida pelo conflito político-militar em Junho de 1998.

De salientar de que da experiência acima citada, as ONGs assim como as Associações comunitárias de base tiveram um papel nesse processo de alfabetização.

As avaliações das experiências de alfabetização levadas a cabo apontam séries de problemas e limitações a vários níveis, nomeadamente no que concerne:

- i) ao nível de formação dos recursos humanos para o sector de alfabetização e educação de adultos quer a nível central como aos níveis regionais e dos centros de alfabetização;
- ii) ao nível dos programas e métodos de alfabetização utilizados;
- iii) ao nível consolidação da alfabetização (falta de um programa de pós-alfabetização)

Em resumo, os métodos, programas, conteúdos e materiais não têm sido os mais adequados à diversidade da realidade social, cultural e económicas dos meios em que foram utilizados para a alfabetização popular, assim como os problemas das línguas de alfabetização que também têm constituído um problema. A insuficiência de meios humanos e pedagógicos para a animação dos centros de alfabetização, a fraca capacidade nacional de financiamento e de gestão dos projectos de alfabetização, figura entre os factores que bloquearam parcial ou totalmente a continuidade de experiências que de sucesso iniciaram no quadro de projectos com apoio externo.

A superação da situação actual, caracterizada entre outras por uma taxa de analfabetismo global de 63.6% com, pelo menos, dois terços de mulheres analfabetas, é uma exigência sobretudo no que diz respeito ao impacto que a educação não formal dos jovens e dos adultos, particularmente das mulheres, tem sobre o desenvolvimento da produtividade, o melhoramento das condições sócio-sanitárias e nutricionais, sobre a escolarização das raparigas e a elevação do nível cultural das populações.

A declaração política do governo visa a alfabetização funcional de adultos nas comunidades rurais e no seio das associações de actividades económicas, visando sobretudo a formação de 10.000 mulheres no período de 2001-2004, com o objectivo de reduzir a taxa de analfabetismo no seio da população adulta.

Para uma ideia resumida das informações relativas aos moldes da alfabetização nos diferentes espaços, as tabelas seguintes são ilustrativas.

Tabela 7: Ilustração dos Circulos de Alfabetização recenseados e as línguas utilizadas (ano lectivo de 1999/2000)

Regiões	Círcul	Animadores			Alfabetizandos			Sectores Abrangidos	Supervisores		
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total		Fem.	Masc.	Total
Gabu	37	13	47	60	2.209	558	2767	4	1	1	2
Bafatá	12	2	14	16	600	240	840	3	2	1	3
Oio	10	1	9	10	1.356	494	1850	4	2	2	4
Cacheu	17	2	20	22	629	126	755	4	3	1	4
Quinara	12	2	10	12	546	110	656	3	2	1	3
Tombali	23	4	38	42	1.528	284	1812	4	2	2	4
Bolama	14	4	10	14	440	120	560	2	1	1	2
SAB	22	15	13	28	1.156	16	1172	-	1	1	2
Biombo	8	2	2	4	396	115	511	3	1	1	2
Total	155	45	163	208	8.860	2.063	10.923	27	15	11	26

Tabela 8

Região	Língua utilizada na alfabetização
Gabu	Fula, Mandinga, Kriolo e Balanta
Bafatá	Fula e Kriolo
Oio	Mandinga e Balanta
Cacheu	Kriolo
Quinara	Kriolo
Tombali	Fula e Kriolo
Bolama	Kriolo
SAB	Kriolo
Biombo	Kriolo

Fonte. Dados fornecidos pelos técnicos da DGAENF/MEN

Os dados do ano lectivo 2001/2002 mostram uma evolução quantitativa dos efectivos em relação ao ano 1999/2000

Tabela 9: Ilustração dos Circulos de Alfabetização recenseados (ano lectivo 2001/2002)

Região	Círcul	Anima	Efect.-Matric.inicial			Efect.-Matric. final			Apresent. ao exame			Aprovados		
			F	M	Tot	F	M	Tot	F.	M	Tot	F	M	Tot
Gabu	99	99	2523	1.189	3712	2459	1116	3575	1919	850	2769	1537	851	2388
Bafata	46	46	922	329	1251	824	249	1073	858	244	1102	437	192	629
Cacheu	40	40	964	183	1147	872	156	1028	822	145	967	531	116	647
Oio	52	52	1177	212	1389	956	2152	1108	536	62	598	296	39	335
Quinara	62	62	1454	230	1684	1325	204	1529	1010	161	1171	863	155	1018
Tombali	103	103	3063	434	3497	2089	282	2371	1330	219	1549	1078	132	1210
Bolama	5	5	137	15	152	123	6	129	49	5	54	41	5	46
Biombo														
SAB														
Total	407	407	10237	2992	12832	8648	2165	10813	6524	1686	8210	4783	1490	6273

Analisando a tabela acima, podemos concluir que, em termos de sobrevivência, do total de alfabetizando inicialmente inscritos, apenas 48,8% conseguem chegar ao fim do ano lectivo e aprovarem com sucesso aos exames. As taxas de sobrevivência variam segundo as regiões apresentando-se com maiores taxas as regiões de Gabu (64,3%), Quinara (60,4), Cacheu

56,4%) e Bafata (50,2%) respectivamente. As restantes regiões apresentam as taxas inferiores a média.

2.4 EDUCAÇÃO QUALIFICADA DOS JOVENS E ADULTOS

O período de 1989 a 2000, é marcado por um conjunto de factores que de uma forma directa ou indirecta motivaram positivamente o surgimento de vários centros de formação técnico-profissional.

Dentre estes factores, destacam-se a: **(i)** a necessidade do desenvolvimento económico do país; **(ii)** a liberalização económica que exige cada vez mais mãos de obra qualificada e; **(iii)** o crescimento do mercado informal de trabalho.

Estes factores levaram à criação de uma situação favorável para o desenvolvimento da formação profissional no país, nomeadamente ao nível dum maior peso institucional do sector e de uma maior sensibilização para os problemas de formação técnico profissional dos jovens e adultos.

È nesta perspectiva que foi construído em 1993 o CENFA, Centro de Formação Administrativa em Brá arredores de Bissau e, recentemente em 2001 criada a Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal, estrutura responsável pela implementação e articulação de toda a política do sector. No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos no domínio, a formação profissional não deixou de conhecer uma crise progressiva. Nos dois últimos anos, algumas medidas pontuais que vem sendo tomadas, não foram suficientes para satisfazer e acompanhar as necessidades da demanda do mercado de trabalho.

Os estabelecimentos de ensino técnico e profissional existentes, foram duramente afectados pelo conflito armado de 7 de Junho de 1998. A maior parte dos estabelecimentos que funcionavam antes da guerra estão inoperacionais. O principal centro de formação Industrial foi totalmente destruído. Somente duas estruturas publicas estão ainda em funcionamento; o Centro de Formação Administrativa de Bissau com uma capacidade teórica de 650 estudantes mas que actualmente não funciona nas suas capacidades plenas e o Centro de Formação Experimental comunitária de Bedanda que oferece as formações de curta duração nos ofícios de artesanato, transformação dos produtos agrícolas e a gestão que tem uma capacidade de cerca de 300 aprendizes por ano.

No sector privado, duas estruturas de formação profissional confessionais que funcionam ainda no esquema da formação profissional clássica e oferecem formações de 3 anos num determinado número de profissões/ofícios de base (carpintaria, mecânica, electricidade e há pouco tempo informática). Os centros de formação agrícola que funcionavam com o apoio dos parceiros bilaterais, (em Bachil, Empada etc.) cessaram as suas actividades. Só o centro de formação camponesa de Bachil (CFCB) dispensa os cursos de formação agrícola no quadro da parceria com as ONG.

Ainda no quadro de Formação técnica profissional, existe o Centro de Formação Técnica (Escola Vocacional) de ADPP - Ajuda do Povo Dinamarquês para o Desenvolvimento, em Bissorã que ministra a Formação nas áreas de carpintaria, mecânica e de construção.

2.4.1 Acesso:

Do ponto de vista do funcionamento dos centros existentes, a situação da formação profissional é ainda bastante preocupante na medida em que a maioria deles ficaram completamente paralisadas

Os dados disponíveis não permitem determinar o número exacto de estudantes acolhidos nos centros em funcionamento acima referidos assim como as necessidades quantitativas e qualitativas das áreas

profissionais a nível nacional, regional e local; dos diferentes actores envolvidos no processo, seu nível de implicação e do referencial de formação.

A nível do país, existem cerca de 305.000 jovens e adultos de idades compreendidas entre 15 a 29 anos. Destes, apenas 1.332 conseguem o ingresso nas 4 Escolas de Formação de Professores existentes, 8.783 prosseguem seus estudos liceais e, os restantes entram muito cedo para o mercado informal de trabalho sem uma preparação adequada.

O acesso a formação destes jovens, é bastante limitada uma vez que, não consegue responder a forte demanda em qualificação da maioria deles e nem tão pouco a demanda do mercado do emprego para aqueles que terminam o ensino primário e/ou primeiro ciclo liceal sem as possibilidades de prosseguir seus estudos ou de poderem uma formação técnica que os ajude a inserir-se na vida económica

2.4.2 Qualidade:

A nível do país, além do INAFOR (cujas instalações foram destruídas pelo conflito político-militar em Junho de 1998), não existe uma outra instituição vocacionada para a formação técnica e pedagógica dos instrutores como forma de se puder garantir a qualidade de aprendizagem dos formandos. Um dos maiores problemas é a falta de motivação e incentivos que garantam a manutenção dos instrutores nacionais no sistema.

2.4.3 Gestão:

A gestão dos centros de formação pode-se considerar deficitária devido as enormes dificuldades materiais, económicas e sociais em que se encontram.

A nível dos programas e planos de estudo ministrados, não existe um controlo por parte das estruturas competentes do MEN que coordene a articulação e adequação dos mesmos de conformidade com os interesses e as necessidades reais do país em termos de competências a serem formados com vista a sua absorção no mercado de trabalho, isto por falta de definição de uma política clara para o sector.

O seguimento dos aprendizados e ou dos formandos após a formação é inexistente. O mesmo se pode dizer em relação ao apoio em termos de materiais mínimos indispensáveis a iniciação duma profissão.

O envolvimento e implicação das potenciais empresas de acolhimento e de enquadramento dos referidos jovens é inexistente. Acrescidos ainda aos factores acima mencionados, coloca-se a questão da tutela do sector também reclamada pelo Ministério da Função Pública e o Emprego.

2.4.4 Principais factores de estrangulamento da situação diagnosticada

Apontam-se entre outros, como principais factores:

- A insuficiência de escolas de formação técnico-profissionais noutras localidades do país;
- Inexistência de mecanismos de integração/envolvimento de empresas de absorção e acolhimento de jovens formados;
- Falta de coordenação entre as estruturas públicas competentes e envolvidas na área de formação técnica e as pequenas empresas, ONGs, associações de jovens e as comunidades:

- Concentração de centros nas zonas urbanas e suburbanas;
- Falta de mecanismos de seguimento e de apoio aos jovens recém-formados;
- Baixo nível de qualificação profissional da maioria de jovens e adultos;
- Inexistência de um estudo sobre as necessidades quantitativas e qualitativas das áreas profissionais a nível nacional, regional e local; dos diferentes actores envolvidos no processo, seu nível de implicação e do referencial de formação;
- Inexistência de um corpo de instrutores devidamente qualificados.

2.4.5 Prioridades:

Na implementação do programa, será privilegiada:

- A formação Profissionalizante de jovens e adultos que terminam o ensino básico e que não conseguem prosseguir os estudos, assim como aos Jovens das Escolas Madrassas, e os estudantes dos fins de ciclo do Ensino secundário que não conseguem prosseguir estudos mais avançados. Nesta formação serão contemplados os jovens com idade a partir dos 14 anos e sem formação, aos quais serão proporcionados formações nas diferentes profissões liberais e informais com possibilidades de acesso ao crédito;
- Acções de formação desenvolvidas em programa de parceria, envolvendo os actores do sector privado e informal;
- Conforme o perfil dos formandos e as capacidades dos centros de formação, a formação será diversificada e realizada num horizonte temporal de curta, média e longa duração e em parceria com a comunidade ONG's e outros parceiros públicos e privados para satisfação das necessidades específicas do desenvolvimento nacional, regional e local;
- Para além das aptidões profissionais, a formação desenvolverá conteúdos ligados à aquisição de destreza em cálculo lógico e aptidões linguísticas, e ainda conhecimentos sobre aspectos do meio ambiente, saúde, nutrição a cultura para paz;
- A Criação de oportunidades para acesso aos fundos destinados ao desenvolvimento comunitário de base (micro-financiamento).

2.5 Planification, mise en oeuvre, suivi-évaluation

2.5.1 Capacidade Institucional

Apesar de existir uma experiência satisfatória no domínio de seguimento e avaliação de projectos e programas (BAD, Banco Mundial, Jica... ASDI, UNICEF, FNUAP...) o Ministério da Educação até a data presente não dispõe de estruturas nem de equipas técnicas para o seguimento dos resultados das aprendizagens escolares não obstante ser membro da CONFEMEN que na ocasião do balanço do PREPT, Dakar 2000, exortou a realização do **MLA em quase todos os países.**

Para além do que é estritamente avaliação das aprendizagens, o diagnóstico apresentado nos diferentes domínios do EPT (Pequena Infância, Ensino Básico, Alfabetização e Educação Qualificada dos Jovens e Adultos) não é suscinto para conduzir a uma planificação e simulação com desvios ao limite do desejável.

Os exames nacionais cujos resultados poderiam demonstrar anualmente o rendimento escolar, não são realizados a anos, quedando as escolas a possibilidade de elaborarem os seus próprios

testes. Só no decurso do ano lectivo 2001/2002 é que o Ensino Secundário conseguiu realizar exames nacionais.

No que diz respeito aos outros indicadores, (custos e financiamentos da educação, Eficácia interna do Sistema, assim como os indicadores de acesso) embora exista uma competência técnica a nível central o mesmo não pode ser dito relativamente às regiões.

2.5.1 Qualidade dos dados

O Sistema de recolha implementado no Ministério da Educação para a recolha de dados não permite uma análise aprofundada sobre o estado de saúde da educação pelos seguintes factores:

- Raramente se tem conseguido realizar dois inquéritos sequencias sobre o mesmo sujeito (dois anos consecutivos)
- Tempo excessivo entre os Censos Nacionais (intervalos superiores a 10 anos) numa situação de rápidas reconfigurações demográficas
- Estudos em condicionalismos que não permitem um grande rigor técnico
- Proliferação das fontes de recolha (recolhas em função de disponibilidades pontuais mesmo por serviços não vocacionados)
- Ausência de competência para construção de indicadores multi-variáveis e sua cabal interpretação.
- Ausencia de instrumentos de gestão em matéria de registo de informações nas escolas e nas instituições administrativas (Inexistencia de sistemas de arquivamnto)
- Inexistência de Sinergia entre os diferentes utilizadores/financiadores e entre os produtores de estatística

2.5.2 Prioridades

Ainda antes da implementação do EPT, é necessário acordar uma prioridade máxima aos seguintes acções:

- a) Reposição dos instrumentos de registo de informação ao nível das escolas e demais instituições administrativas
- b) Criação de competências locais/regionais em matéria de produção de informação estatística
- c) Criação de competências centrais e regionais em matéria de análise de informação
- d) Criação de um mecanismo de seguimento e avaliação dos resultados das aprendizagens dos alunos.
- e) Estabelecimento de relações mais estreitas com a PASEC, CONFEMEN, ADEA, SISED, Banco Mundial e Breda com vista ao aproveitamento das possibilidades que estas instituições oferecem em matéria de criação de Sistemas de Gestão de Informação da Educação, seguimento e avaliação.

3 PLANO DE ACCÇÃO DOS SUB-SECTORES

3.1 Princípios directores do plano de acções para o desenvolvimento de EPT

3.1.1 Princípios directores do plano de acção

O Plano nacional de acção da EPT baseia-se nos seguintes princípios directores:

- Garantia do direito à educação para todos os cidadãos sem discriminação de qualquer natureza;
- Parceria eficaz e bem coordenada;

O princípio de garantia dos direitos à educação para todos os cidadãos implica a necessidade do Governo mobilizar a participação de todos os actores numa parceria larga, eficaz e bem organizada, para permitir que os recursos disponíveis dos diversos actores e parceiros possam ser investidos sem entraves no sistema educativo..

Descentralização/desconcentração da gestão da Educação

As colectividades de base devem assumir correctamente o desenvolvimento da Educação na base, conforme os poderes que lhes serão transferidos pela lei, em consolidação da experiência de descentralização regional dos serviços da educação já iniciada.

Educação de qualidade para todos (igualdade e equidade)

A materialização do direito à educação que obriga o Estado a uma democratização do sistema, supõe a garantia de uma educação de qualidade para todos. As medidas para promover a igualdade e equidade implica a adopção de critérios justos e coerentes na afectação de todos os recursos necessários à realização de uma aprendizagem de qualidade, tendo em atenção as especificidades inerentes ao género, deficiência de qualquer natureza, assim como a necessidade de uma diversificação dos currículos em função das necessidades e possibilidades dos indivíduos.

Promover para todos as mais elevadas normas de performance (qualidade)

A qualidade provém da maximização dos esforços de todos os intervenientes directos e de uma boa coordenação da acção de todas as estruturas para promover, a todos os níveis, uma escola de excelência. Trata-se de, no quadro dos projectos de escola e de estabelecimentos de formação, e na base de uma pesquisa/acção eficazes sobre os factores de qualidade, promover uma escola performante onde todos os aprendizes são ajudados a ter êxito e a avançar o máximo possível nas aprendizagens.

Com vista a melhorar o processo de ensino/aprendizagem, deve ser dada uma particular atenção à aplicação de um currículo pertinente, a um bom dispositivo de avaliação e de remediação, a um sistema de reforço permanente das competências dos professores, e ao ambiente da escola.

Gestão transparente e eficaz (responsabilidade)

A par da responsabilização dos diferentes níveis hierárquicos, a exigência de resultados assim como a gestão transparente e eficaz dos recursos afectados ao sistema serão assentes no princípio de trabalho.

O impacto real da gestão das acções educativas será medida através da vida dos aprendizes, das famílias e da comunidade no sentido lato.

3.1.2 Orientações gerais:

O Diagnóstico da EPT evidencia situações/problemas no sistema, quanto a realização dos direitos de todos à uma Educação de base, esses problemas prendem-se com o acesso, com a qualidade e performance, com a gestão e financiamento do sistema.

É nesse contexto que o PNA/EPT se enquadra no Plano Quadro Nacional de Educação para o Desenvolvimento Humano (PQNEDH), visando mais especialmente os seis objectivos do quadro de acções de Dakar.

3.1.3 Estratégias globais do plano de acção:

Com base nos princípios directores anunciados, as seguintes estratégias foram identificadas para conduzir a implementação do PNA/EPT.

Racionalização dos Meios

Rentabilização dos recursos financeiros e materiais através de:

- aplicação de uma política de optimização da gestão centrada nas seguintes actividades: recrutamento, procedimento orçamental, logísticas, movimento do pessoal, calendário escolar;
- definição dos critérios de qualidade para melhor utilização e afectação dos recursos visando conseguir novos recursos;
- precisão das finalidades das atribuições das estruturas centrais do Ministério da Educação Nacional e melhoria da sua coordenação e colaboração;
- opção por um regime financeiro que melhore a afectação e utilização dos recursos;
- desenvolvimento de uma cultura de manutenção e de racionalização.

Racionalização dos Recursos Humanos através de:

- reafectação dos professores afectos às estruturas administrativas ao serviço docente;
- respeito das cargas horárias;
- respeito do código de deontologia profissional e sua aplicação na avaliação do professor para sua promoção;
- melhoria da gestão do pessoal;
- adopção de medidas de incentivo para a retenção dos professores nas localidades onde são colocados;

- capacitação dos professores em função das novas exigências curriculares e do novo perfil.

Melhoria dos Programas de ensino através de:

- Inovação e desenvolvimento de um currículo de educação de base integrado: elaboração, experimentação, implementação e generalização;
- Reforço da capacidade nacional em matéria de edição de manuais escolares e literaturas para a Educação Preventiva;
- Desenvolvimento de uma política documental para implementação de bibliotecas nos estabelecimentos escolares.

Reforço da Rede Escolar através de:

- Construção, reabilitação e equipamento das infra-estruturas para Educação e formação;
- Aumento dos meios da política de equipamento e de manutenção do património construído;
- Ordenamento dos espaços educativos em favor das actividades desportivas e de criatividade.

Desenvolvimento do Ensino das Ciências e Técnicas

- Elevação do nível de ensino das matemáticas e das ciências e técnicas;
- Promoção de programas de pesquisa e acção educacional para a melhoria do processo ensino/aprendizagem “Pedagogia Contextualizada”;
- Introdução e Promoção da Utilização das novas Tecnologias através de;
- Utilização da NTIC como canais de melhoria dos processos de ensino aprendizagem e de Educação e formação à distância;
- Desenvolvimento de programas de educação preventiva.

3.2 Mobilisation et utilisation des ressources et mesures de réformes

- Augmenter la part du budget de l'éducation dans le budget de l'Etat à 20% au moins,
- Augmenter le % du budget de l'enseignement primaire dans le budget de l'éducation,
- Augmenter les dépenses courantes d'enseignement hors salaire afin de mettre à la disposition des élèves des matériels didactiques adéquats qui contribuent à une meilleure qualité des apprentissages,
- Augmenter le budget de l'enseignement technique et professionnel,
- Améliorer la formation initiale et continuée des enseignants du primaire notamment par l'amélioration des apprentissages et des modifications organisationnelles,
- Viser un ratio de 40 élèves par maître, par souci d'efficience et de qualité ,
- Accroître le taux de rétention et les taux d'achèvement du cycle primaire, notamment par l'amélioration des apprentissages et des modifications organisationnelles.

- Affecter des ressources conséquentes à l'effet d'assurer l'équité en faveur de l'éducation des filles et l'alphabetisation/formation des femmes en éliminant les discriminations.

4 PROTECÇÃO E EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA

4.1.1 Objectivos Gerais do Sub-sector:

Desenvolver e melhorar em todos os seus aspectos a protecção e educação da pequena infância em especial crianças mais vulneráveis até 2015.

4.1.2 Estratégias Globais:

A concepção do Desenvolvimento da pequena infância, para além de constituir uma reocupação no domínio da saúde, nutrição e educação, também constitui a forma de aliviar a mulher de pesadas tarefas e, ainda de facilitar a escolarização de raparigas.

4.1.3 Inventário das acções:

Acção 1: Democratizar o acesso à protecção e educação da pequena infância;

Acção 2: Qualificação dos educadores da pequena infância de estabelecimentos públicos, privados e Comunitários;

Acção 3: Implementação de um currículo e programas adequados às necessidades da pequena infância;

Acção 4: Confeção e Fornecimento de materiais didácticos, lúdicos, serviços de saúde, de nutrição e equipamentos de apoio para a pequena infância deficiente;

Acção 5: Pesquisa aplicada;

Acção 6: Disponibilização de um quadro legislativo para a pequena infância ;

Acção 7: Promoção da participação da comunidade e dos pais e encarregados da EPI na implementação do programa;

Acção 8: Seguimento e avaliação;

Acção 9: Mobilizar recursos necessários à educação e protecção da pequena infância

4.1.4 Acções, resultados esperados e estratégias

4.1.5 Componente: Acesso

Acção 1: Democratizar o acesso à protecção e educação da pequena infância.

Resultados esperados: Alargado o acesso à maior número de crianças; enquadramento em matéria de educação sanitária, nutrição; todas as crianças em qualquer comunidade local do país possuem certidão de nascimento antes dos noventa dias após o nascimento; nenhuma criança é privada de se inscrever num centro de educação de infância por impossibilidade de apresentar peças de

identificação exigidas pela escola.

Estratégias: Diversificação da oferta educativa envolvendo as comunidades locais e outros actores através de um quadro de parceria Governo ONG e comunidades locais; Racionalização e operacionalização dos procedimentos administrativos dos serviços de identificação e da educação.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral encarregue das políticas do desenvolvimento e protecção da pequena infância.

4.1.6 Componente: Qualidade

Acção 1 : Qualificação dos educadores da pequena infância de estabelecimentos públicos, privados e comunitários.

Resultados esperados: 1.754 Educadores e auxiliares da pequena infância formados até fim do programa ; Cursos de educação da infância a funcionarem a partir de 2004/05; Primeiros auxiliares formados a partir de 2005/06; Primeiros educadores formados e disponíveis nos estabelecimentos de educação da pequena infância a partir de 2006; Escola normal reforçada em recursos humanos qualificados, meios técnicos e bibliográficos para o desenvolvimento da educação da pequena infância ; 125. Animadores comunitários qualificados e em serviço nos centros comunitários; Famílias sensibilizadas e empenhadas na protecção da pequena infância.

Estratégias: Formação inicial e formação em serviço de educadores e auxiliares da pequena infância Reforço das capacidades institucionais da escola normal para satisfação das necessidades de formação dos agentes de protecção e educação da pequena infância; informação/Educação e comunicação para as Famílias e animadores dos centros comunitários da pequena infância.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral encarregue das políticas do desenvolvimento e protecção da pequena infância.

Acção 2 : Implementação de um currículo e programas adequados às necessidades da pequena infância.

Resultados esperados: Currículo e programas oficiais que visam o desenvolvimento eficaz da pequena infância aprovados e em aplicação a nível nacional; modelo curricular de consenso validado e em vigor.

Estratégias: Concepção experimentação e adopção de um currículo adequado ao desenvolvimento da pequena infância no país.

Fases de implementação:

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral encarregue das políticas do desenvolvimento e protecção da pequena infância,

Acção 3: Confecção e Fornecimento de materiais didácticos, lúdicos, serviços de saúde, de nutrição e equipamentos de apoio para a pequena infância deficiente.

Resultados esperados: Melhorada a qualidade da educação de pequena infância ; Materiais suficientes e adequados às crianças dos centros de educação da pequena infância assegurada; Necessidades em materiais didácticos apropriados e de qualidade satisfeitas através de 5 agrupamentos

de artesãos devidamente enquadrados.

Estratégias :Aproveitamento e valorização dos recursos locais a baixo custo e incentivo a criatividade de artesãos locais

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral encarregue das políticas do desenvolvimento e protecção da pequena infância.

Acção 4: Pesquisa aplicada.

Resultados esperados: Existência de um quadro político estratégico de orientação que proporciona condições favoráveis ao desenvolvimento da pequena infância adoptados pelas autoridades competentes.

Estratégias: Definição de um quadro de estudos prioritários para o desenvolvimento da educação da pequena infância; Incentivo às instituições de pesquisa educativa e pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas inerentes ao desenvolvimento da criança; dotar instituições vocacionadas aos estudos e desenvolvimento da educação de recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento de estudos e pesquisas; divulgação sistemática dos resultados das pesquisas.

Instituição Responsável de implementação: Instituto Nacional para o Desenvolvimento da educação.

4.1.7 Componente: Gestão

Acção 1: Disponibilização de um quadro legislativo para a pequena infância.

Resultados esperados: Existência de um quadro jurídico político até 2006 através de adopção de um quadro de estratégia de desenvolvimento e protecção da pequena infância.

Estratégias: Adopção de princípios, orientações e estratégias globais de desenvolvimento da pequena infância.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico

Acção 2: Promoção da participação da comunidade e dos pais e encarregados da EPI na implementação do programa.

Resultados esperados: Acções coordenadas entre os centros e as comunidades locais, pais e encarregados de educação das crianças.

Estratégias: Envolvimento de todos os actores no processo de educação e protecção da pequena Infância.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com outras estruturas do MEN.

Acção 3 : Seguimento e avaliação.

Resultados esperados: Desempenho das estruturas centrais significativamente melhorados.

Estratégias: Adopção de um plano de valorização e desenvolvimento dos recursos humanos competentes.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com outras estruturas do MEN.

4.1.8 Componente: Financiamento

Acção 1 : Mobilizar recursos necessários à educação e protecção da pequena infância.

Resultados esperados: O Programa desenrola com relativa garantia e em matéria de recursos necessários para a sua eficiência até 2007, participação substancial das comunidades no financiamento do programa como resultado de tomada de consciência da sua importância; participação acrescida dos parceiros sociais assegurada.

Estratégias: Diversificação de fontes de financiamento interno com a participação das comunidades e ONGs bem como o Governo e parceiros externos.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com DSAF e Gabinete do Ministro.

4.2 ENSINO BÁSICO

4.2.1 Objectivos Gerais do Sub-sector

Melhorar o acesso universal do ensino de base, criando condições aos alunos de terminarem a sua escolaridade; proporcionando a todos os cidadãos guineenses a aquisição de conhecimentos essenciais para a prossecução dos estudos, a formação profissional ou inserção na vida activa.

4.2.2 Estratégias Globais

- Alargamento da rede escolar;
- Criação de condições básicas para o funcionamento das escolas;
- Promoção de Parcerias entre actores;
- Mobilização de recursos financeiros;
- Uniformização institucional e pedagógica do Ensino Básico;
- Realização de acções de sensibilização junto das comunidades;
- Promoção de acções em matéria da saúde escolar;
- Redução da disparidade entre sexos.

4.2.3 Acções, resultados esperados e estratégias

4.2.4 Componente: Acesso

Acção 1. Garantir a igualdade de acesso e de oportunidades no ensino primário obrigatório e gratuito à todas as crianças

Resultados esperados: Rede escolar nacional satisfatória ; 6.123 salas de aulas construídas e equipadas até 2015; 5.582 salas de aulas reabilitadas; cerca de 98% de crianças acolhidas nas escolas; 100% de escolas das zonas rurais oferecendo ciclos completo de EBE e a nível nacional 80% de estabelecimentos oferecendo o EB completo; índice de disparidade aumentado para 0,9; corpo docente em número suficiente, equilibrado em qualidade e género principalmente nas zonas rurais; condições do processo de ensino/aprendizagem melhoradas.

Estratégias: Reforço do acesso e de equidade através de: ordenamento racional da rede escolar; construção, reabilitação e equipamento das escolas; promoção da escolarização das raparigas; efectivação do Ensino Básico unificado; definição de critérios de qualidade para melhor utilização dos recursos; promoção de campanhas de sensibilização e captação de candidatos ao professorado; criação de atractivos ao ingresso na carreira docente.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com a Direcção de Serviços de Infraestruturas Escolar.

Ação 2: Acções de sensibilização.

Resultados esperados: Redução progressiva do número de crianças em idade escolar fora do sistema.

Estratégias: Promoção de campanhas de sensibilização através dos médias e actividades sociais; reactivação dos Conselhos Regionais da Educação; promoção de fóruns regulares de concertação entre a escola e a comunidade.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico

Ação 3: Adequar o calendário escolar ao meio sócio- económico e cultural.

Resultados esperados: Calendário escolar compatível e adaptado à realidade; beneficiada a relação escola comunidade.

Estratégias: Avaliação das experiências anteriormente promovidas, reformulação do Calendário Escolar em função dos resultados da avaliação das referidas experiências.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico.

Ação 4: Diversificar e normalizar a oferta escolar.

Resultados esperados: Definida a política sobre as escolas de outro tipo; Criadas leis e normas sobre as escolas de outro tipo; Aumentado o número de crianças acolhidas pelo sistema.

Estratégias: Diversificação e normalização da oferta.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico.

4.2.5 Componente: Qualidade

Ação 1: Integrar o currículo do Ensino Básico Unificado.

Resultados esperados: Promoção da abordagem de currículo integrado do ensino básico fundamental; desenvolvimento curricular das competências de base transversais; sistema de avaliação pertinente, eficiente e adaptado aos objectivos do currículo integrado.

Estratégias: Promoção da abordagem de currículo integrado do ensino básico fundamental; Desenvolvimento curricular das competências de base transversais.

Segunda fase : de 2006 a 2010

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com outras estruturas do MEN.

Ação 2: Formação de pessoal docente e de estruturas de apoio pedagógico.

Resultados esperados: Número suficiente de professores qualificados para a docência; melhorada a qualificação e a performance dos Inspectores e Formadores no sistema; melhoradas as condições de trabalho do pessoal docente e de outras estruturas de apoio ao sistema.

Estratégias: Promoção regular de formação de curta duração em articulação com as acções programadas no quadro do programa do EBU e das COME; dinamização das estruturas de formação e de Apoio ao professor (UAP) a nível das regiões; criação de condições mínimas e indispensáveis a melhoria da qualidade da educação.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino em coordenação com as estruturas competentes do MEN.

Ação 3: Reforçar os meios de apoio pedagógico aos professores, formadores e inspectores.

Resultados esperados: Todos os Professores, formadores e inspectores munidos de materiais de apoio pedagógico e didáctico indispensáveis ao desempenho das suas actividades.

Estratégias: Produção e distribuição de material de apoio e de outros suportes pedagógicos.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com as estruturas competentes do MEN.

Ação 4: Adequar o número de horas lectivas anual as exigências do currículo integrado do Ensino Básico.

Resultados esperados: Carga horária diária e semanal compatível com as exigências do currículo do Ensino Básico integrado.

Estratégias: Gestão racionalizada do espaço pedagógico, ano lectivo, pessoal docente e programas do Ensino Básico.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com outras estruturas do MEN.

Ação 5: Integração de crianças deficientes nas escolas.

Resultados esperados: Condições de acolhimento e de atendimento de crianças com deficiências criadas.

Estratégias: Parceria com as ONGs; OMS; pais e encarregados de educação e as comunidades locais Levantamento das experiências bem sucedidas.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com outras estruturas do MEN e do Ministério da saúde pública.

4.2.6 Componente: Gestão/Financiamento

Acção1: Reforçar a capacidade institucional a diferentes níveis de gestão do sistemas.

Resultados esperados: Competências de gestão, administração distribuídas aos diferentes níveis; Serviços centrais des congestionados; Pessoal administrativo, de planificação, de gestão do sistema e de supervisão qualificado e afectos aos serviços centrais e descentralizados do sistema.; sistema de comunicação/Informação entre estruturas e serviços operacional.

Estratégias: Reforço das capacidades institucionais e operativas através de: desconcentração e descentralização; melhoria das capacidades de organização, planificação e de gestão do sistema educativo; reforço das capacidades de administração, de inspecção e de enquadramento dos professores.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com outras estruturas do MEN.

Acção 2: Promover a escolarização das raparigas.

Resultados esperados: Orientações políticas e medidas operacionais de apoio à escolarização das raparigas disponíveis; Escolas oferecem condições satisfatórias as necessidades específicas das raparigas; Taxas brutas de escolarização das raparigas passa de 54,6% em 99/00 para 69,7% em 03/05, 84,9% em 2006/2010 e 100% em 2011/2015.

Estratégias: Adopção de políticas favoráveis a escolarização das raparigas; desenvolvimento de condições físicas das escolas favoráveis as necessidades específicas das raparigas; adopção de um plano de acção específico para as zonas de fortes disparidades; promoção de parcerias entre ONG, comunidades locais e diferentes actores do sistema

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com outras estruturas do MEN

Acção 3: Sensibilizar a sociedade para a escolarização das raparigas.

Resultados esperados: O acesso das raparigas à escola e sua retenção melhorada; envolvimento das comunidades na escolarização das raparigas efectivado; os preconceitos sobre a escolarização das raparigas eliminados.

Estratégias: Desenvolvimento de um programa de IEC em matéria de escolarização das raparigas e desenvolvimento sustentável.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em coordenação com outras estruturas do MEN e dos Ministérios sectoriais.

Acção 4: Aumentar o efectivo do corpo docente feminino nas escolas.

Resultados esperados: Aumentada a proporção de corpo docente feminino nas escolas; escolas dotadas de um corpo docente feminino significativo e de referência.

Estratégias: Criação de condições atractivas que estimulem o ingresso da camada feminino à docência; criação de incentivos para a retenção do efectivo docente feminino.

Instituição Responsável de implementação: Direcção Geral do Ensino Básico em colaboração com outras estruturas do MEN.

4.3 ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

4.3.1 Objectivos Gerais do Sub-sector

Melhorar em 50% os níveis da alfabetização dos adultos e especialmente as mulheres daqui a 2015 e assegurar à todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente.

4.3.2 Estratégias Globais:

Promoção de alfabetização funcional e educação de Adultos integrada nos projectos e associações de desenvolvimento comunitário através de parcerias que privilegiam a melhoria das competências das mulheres e raparigas na participação do desenvolvimento.

4.3.3 Acções, resultados esperados e estratégias

4.3.4 Componente Acesso

Acção 1: Alargar o acesso aos programas de alfabetização funcional de adultos com particular ênfase para as raparigas e mulheres.

Resultados esperados: Reduzida a taxa global de analfabetismo (de **63,6%** em 2000) para **46,6%** até 2006, **38,8%** até 2010 e **23,3%** até 2015 respectivamente; a taxa de analfabetismo feminino (de **78,2%** em 2000) para **65,1%** até 2006, **57,2%** até 2010 e **38,0%** até 2015 respectivamente; melhorada a qualidade de vida das comunidades.

Estratégias: Envolvimento dos parceiros no processo (associações, organizações comunitárias locais); Desenvolvimento dos programas de alfabetização funcional de mulheres e raparigas, criação de centros de acolhimento de educação da pequena infância; utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para a alfabetização e educação de adultos a distância.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico profissional e Educação não Formal em colaboração com outras estruturas do MEN.

Acção 2: Sensibilizar a opinião pública em favor da educação e alfabetização de adultos.

Resultados esperados: Criada um comité interactivo funcional de IEC em matéria de Alfabetização e educação de adultos; membros do comité formados em técnicas IEC; melhor compreensão da importância da alfabetização a nível nacional; aumentada a taxa de participação dos alfabetizandos; Reduzida a taxa de desperdício, maior envolvimento dos projectos e associações de desenvolvimento nos programas de alfabetização; os diferentes parceiros são implicados e cada um deles desempenha o seu papel.

Estratégias: Utilização dos diversos canais de informação e comunicação para a sensibilização do público alvo e divulgação de informações concernentes.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal em colaboração com outras estruturas do MEN.

Acção 3: Dotar as línguas nacionais de estatutos e normas de utilização técnica e científica

Resultados esperados: Compromissos/engajamentos regionais em matéria de política de línguas nacionais assumidos; dispositivos legais sobre as línguas nacionais em vigor; regulamentos e normas de utilização das línguas adoptados; programas de alfabetização em línguas nacionais em uso; Escritos em línguas nacionais divulgados e valorizados; maior interesse pelas línguas nacionais.

Estratégias: Enquadramento da política linguística nacional no quadro da política africana de valorização das línguas nacionais; criação/aprovação de dispositivos legais sobre as línguas nacionais; definição de uma política linguística para a alfabetização e educação de adultos; valorização das línguas nacionais.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal em colaboração com outras estruturas do MEN.

4.3.5 Componente: Qualidade

Acção 1: Sistematizar os programas de alfabetização e educação de adultos e outro pessoal de enquadramento nomeadamente; supervisores, coordenadores e técnicos da direcção central.

Resultados esperados: Novos programas e materiais de alfabetização funcional adoptados; Novos programas e materiais de educação pós-alfabetização em vigor; competências de base transversais integradas nos módulos de alfabetização e educação pós-alfabetização (GDE, HIV/SIDA, educação sanitária, nutrição, EvF/EMP, educação para os direitos do Homem, Paz e democracia.); mortalidade materno/infantil reduzida; PIB aumentado; qualidade de vida melhorada principalmente das mulheres; e nível de exercício da cidadania elevado.

Estratégias: Melhoria de qualidade de alfabetização e educação de adultos em parceria com os diferentes sectores e intervenientes através de: renovação dos programas de alfabetização funcional e educação de adultos; desenvolvimento de programas específicos de pós-alfabetização; reforço das competências dos animadores.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do MEN encarregue da alfabetização e Educação Não Formal em coordenação com o INDE e outras estruturas técnicas conexas.

Acção 2: Reciclagem e formação dos animadores, supervisores e coordenadores dos centros de alfabetização e educação de Adultos e outro pessoal de enquadramento.

Resultados esperados: Planos de formação e capacitação disponíveis; 2.672 animadores formados; 42 supervisores (1 por sector e 1 por zona; 5 para SAB) capacitados; 11 coordenadores a razão de 1 por região formados.

Estratégias: Envolvimento dos diferentes sectores na concepção e elaboração dos programas de formação dos agentes de AEA; formação dos agentes de AEA; utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para a formação a distância.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do MEN encarregue da alfabetização e Educação Não Formal em coordenação com o INDE e outras estruturas técnicas conexas.

4.3.6 Componente: Gestão:

Ação 1: Desenvolver as capacidades institucionais da gestão do Sub-sector da alfabetização e educação de adultos.

Resultados esperados: Instrumentos e quadro de seguimento operacionais; recursos humanos qualificados e em função das estruturas descentralizadas de AEA; meios materiais e financeiros disponíveis para o funcionamento efectivo das estruturas descentralizadas; competências das estruturas de gestão de AEA bem definidas; actividades de seguimento iniciadas e garantidas; banco de dados e Sistema de informação de AEA operacional.

Estratégias: Reforço das capacidades institucionais e operacionais dos serviços de AEA através de: descentralização e desconcentração de competências; melhoria das capacidades de organização, planificação e gestão; consolidação de um sistema de recolha, tratamento e análise de dados e informações do Sub-sector da AEA; mobilização de meios materiais, humanos e financeiros para o desenvolvimento das acções do Sub-sector; desenvolvimento da gestão de parcerias inter-institucional e outros intervenientes no desenvolvimento comunitário.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do MEN encarregue da alfabetização e educação não formal em coordenação com outras estruturas técnicas conexas do MEN.

4.4 EDUCAÇÃO QUALIFICADA DE JOVENS E ADULTOS

4.4.1 Objectivos Gerais do Sub-sector:

Responder as necessidades educativas de todos os jovens e adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objecto a aquisição de conhecimentos assim como as competências necessárias à vida corrente.

4.4.2 Estratégias Globais:

Garantir aos Jovens e adultos menos favorecidos uma educação de base e formação profissional adaptados as suas necessidades pessoais fundamentais e à realidade sócio-económica do meio, flexível no seu modo de intervenção, apoiando-se numa dinâmica de parceria permitindo assegurar uma melhor inserção na vida activa e uma melhor participação no desenvolvimento.

4.4.3 Acções, resultados esperados e estratégias

4.4.4 Componente: Acesso:

Ação 1: Desenvolver nos jovens e adultos a capacidade de trabalho, de participação plena na vida social, domínio de si e de progredir.

Resultados esperados: Centros criados ou reabilitados e equipados; cursos estabelecidos; Formadores recrutados ; artesãos/mestres locais associados; Formandos recrutados; parceiros e as comunidades locais envolvidos na gestão da formação; mulheres contemplados.

Estratégias: Diversificação das áreas de formação profissional em conformidade com as prioridades dos programas de desenvolvimento local e nacional; alargamento da rede dos centros de formação

profissional comunitária priorizando a formação de curta duração para os jovens e adultos; promoção de uma parceria dinâmica com o sector privado (.....cortado)

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal em coordenação com estruturas competentes do MEN.

4.4.5 Componente Qualidade:

Acção 1: Elaborar currículos de formação profissional qualificante de jovens e adultos.

Resultados esperados: Currículos de educação de qualidade para jovens e Adultos validados e em vigor; cursos de formação profissional em funcionamento nos centros criados; módulos, manuais e materiais de formação disponíveis e em uso nos centros em funcionamento

Estratégias: Elaboração de programas e horários de educação e formação de jovens e adultos com base em estudos prévios sobre as áreas prioritárias; elaboração de módulos experimentais para as diferentes áreas de formação; envolvimento das comunidades, ONG e outros parceiros de desenvolvimento no processo;

Instituição responsável pela implementação: INDE em coordenação com a Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal.

Acção 2: Formação e motivação dos instrutores e mestres artesãos, e supervisores dos centros de formação profissional comunitários.

Resultados esperados: Planos de formação disponíveis; Formadores e instrutores para os centros comunitários de formação profissional formados nas técnicas pedagógicas.

Estratégias: Elaboração de um plano de formação; Formação de formadores com vista a multiplicação em cascata

Instituição responsável pela implementação: INDE em coordenação com a Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal

Acção 3: Concepção dos instrumentos de avaliação das formações e de certificação das competências profissionais.

Resultados esperados: Dispositivos legais sobre a instituição dos cursos e diplomas promulgados; Instrumentos e técnicas de avaliação dominados pelos formadores e instrutores; sistema de equivalência estabelecido.

Estratégias: Desenvolvimento das capacidades dos instrutores em matéria de avaliação; Instituição dos diplomas.

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal em coordenação com estruturas competentes do MEN.

4.4.6 Componente Gestão:

Acção 1: Reforço das capacidades institucionais em gestão dos centros de formação profissional.

Resultados esperados: Célula de gestão e seguimento operacional; Manual de procedimentos funcional e em uso; recursos humanos formados e disponíveis; gestão eficaz dos Centros de formação em parceria com os agentes comunitários; recursos financeiros necessários disponíveis.

Estratégias: Criação de uma célula de gestão e seguimento dos centros de formação profissional; elaboração de um manual de procedimentos administrativos e financeiros de consenso com os parceiros e outros intervenientes nos centros de formação profissional comunitários; mobilização de recursos materiais e financeiros suficientes;

Instituição responsável pela implementação: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e Educação Não Formal em coordenação com estruturas competentes do MEN.

4.5 PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PNA/EPT

O PNA/EPT se inscreve numa perspectiva de harmonização das diferentes intervenções em educação de base mas também de capitalização das aquisições no Sub-sector

4.5.1 Planificação

Objectifs

Développer un processus de planification ascendante et participatif

Résultats attendus

- Plans d'action de chaque phase qui constituent la consolidation des plans d'actions des régions et ceux des services centraux du Ministère de l'Éducation,
- Plans d'opérations annuels élaborés selon le même processus ascendant

Stratégies

O processo de planificação do PNA será ascendente pelo menos a contar do segundo ano de implementação. Cada uma das nove regiões do país elaborará um plano de operações para a fase e um plano de operações anual que serão consolidados ao nível nacional. A data limite de fecho dos diferentes planos regionais e nacional será fixada pelo ministro da Educação. La participation des acteurs et partenaires sera obtenue par le biais des organes de gestion du PNA. Para ajudar a uma planificação eficaz e eficiente, será posto a disposição um modelo de simulação nacional e os modelos regionais serão fornecidos a cada região.

Action 1 Elaboration et mise en œuvre des Plans d'action de chacune des trois phases

Résultat attendu

Plans d'action élaborés de manière participative et exécutés

Stratégies

- Il sera pris en compte des critères d'allocation des ressources aux régions et différents sous-secteurs qui s'inscrivent dans l'optique de réduction des disparités et de la promotion des couches les plus vulnérables.
- Les régions élaboreront leurs PREPT qui seront consolidés avec ceux des directions centrales après validation par les forums des différents niveaux.
- Chaque année, un plan d'opération qui inclut les prévisions budgétaires comportant une section propre à chaque région et une section spécifique à chaque service national sera développé. Il devra être approuvé par les forums.
- A la fin de chaque année, un rapport d'exécution technique qui fait le suivi des principaux indicateurs et des activités sera soumis aux forums.

Responsable de la mise en œuvre

Coordination EPT

Action 2 Mise en place d'un Système d'Information Géographique**Résultat attendu**

SIG opérationnel pour informer à tout moment sur l'état de la carte scolaire et éducative

Stratégies

- Renforcement des capacités d'agents du GEP à travers la coopération sous-régionale,
- Acquisition de matériels

Responsable de la mise en œuvre

Directeur des statistiques et de la Planification

Action 3 Renforcement des capacités en statistiques et planification**Résultats attendus**

- Existence de ressources humaines en statistiques scolaires et planification au GEP
- Equipement de la DSP en matériels informatiques

Stratégie

Formation dans les institutions spécialisées

Responsable de la mise en œuvre

Directeur des statistiques et de la Planification

4.5.2 Implementação, Gestão, ConcertaçãoOs órgãos

Para garantir uma abordagem participativa na realização dos objectivos, serão implantados os órgãos de gestão da escola ao nível central, passando pelas divisões intermédias que são as Direcções regionais de Educação.

Numa perspectiva de racionalização e de aumento da eficácia do sector, será realizado um estudo sobre o organigrama do Ministério da Educação, a utilização do pessoal e o seguimento das despesas publicas da educação. Assim, os tipos de seguintes estruturas serão implantadas.

Tipo

Ao nível da escola será criado um comité de Gestão,

Ao nível da DRE, um fórum regional

E ao nível central um fórum nacional doté d'un comité de pilotage

Composição

Cada uma destas estruturas será composta de representantes do Estado (Ministério da Educação e outro departamentos Ministeriais ou seus representantes, os membros e organização da sociedade civil, sindicatos APEE, ONG, organizações comunitárias de base .)

Missão

Estes órgãos tem por missão:

- Aprovar os planos operacionais anuais e de fase ou os projectos da escola
- Proceder ao seguimento da evolução dos indicadores
- Sensibilizar e mobilizar os actores e parceiros

- Facilitar a disponibilização dos recursos necessários

Para além destes órgãos será instituído os espaços de concertação de diferentes actores e parceiros a diferentes níveis a fim de favorecer as trocas de experiências, a sinergia e a harmonização das intervenções.

Incidências

Custos de funcionamento dos fóruns, CG e espaços de concertação
Elaboração e difusão dos guias de formação dos órgãos
Implantação e funcionamento dos órgãos

Objectifs généraux

Développer un système mise en œuvre et de gestion participatif et efficace

Stratégies

O PNA será implementado por um lado através dos projectos de educação em curso aqueles que serão implementados posteriormente e por outro lado através das acções de educação realizadas por orçamento de Estado. Todavia uma abordagem programa será progressivamente visada, de maneira a realizar uma integração efectiva antes do termo da segunda fase.

As estruturas governamentais responsáveis do sector da educação serão responsabilizadas plenamente. Serão imputados os resultados. Assim as direcções do ensino as responsáveis dos seus sub-sectoros, enquanto as direcções técnicas serão encarregues de execução de certas actividades na base de contratos de trabalho rubricados com as direcções de ensino.

Pour les besoins de l'approche participative, les organes de gestion du PNA seront mis en place. Leur fonctionnement sera garanti

Para além da execução financeira que compete aos projectos, o DAF do MEN é responsável da execução financeira do PNA. Todavia para garantir a visibilidade das operações financeiras o DAF elaborara e pôr a disposição os relatórios financeiros, na base da consolidação do conjunto dos investimentos num dado período(anual, por fase). Em consequência, será estabelecida a harmonização de procedimentos dos projectos concorrem a EPT. Ao nível regional, os serviços competentes da DRE são responsáveis das mesmas tarefas.

Action 1 Mise en oeuvre des outils de gestion

Résultats attendus

- L'Ept est géré selon les procédures administratives, techniques et financières définies,
- Les différents organes de gestion de l'Ept sont fonctionnels.

Stratégies

Manuel de Procédures administratives et techniques élaboré,
textes réglementaires relatifs à la création et au fonctionnement des structures EPT disponibles,
structures EPT fonctionnels, agents des services nationaux et régionaux formés en gestion financière.

Responsable de la mise en œuvre

Coordination EPT et DAF

Action 2 Communiquer et impliquer les acteurs et partenaires dans l'EPT

Résultats attendus

Accroître le niveau d'information des acteurs, partenaires et des communautés sur l'EPT
Augmenter leur engagement en faveur de l'EPT

Stratégies

Les Forums et CGE développent chacun des activités de communication et de mobilisation sociale. Chaque structure forum, CGE et service chargé de l'éducation est dotée d'une unité compétente dans ce domaine.

Responsable de la mise en œuvre

Coordination EPT

4.5.3 Seguimento e avaliação**Objectivo Geral do Sub-Sector**

Desenvolver sistemas nacionais de avaliação externa da qualidade educativa, para serem aplicados a alunos de todos os níveis e tipos de ensino, por forma a estabelecer critérios nacionais de medição da qualidade educativa dos resultados que o sistema educativo obtem em todas as escolas do território nacional

Résultats attendus

Será determinado um quadro dos principais indicadores e um outro ligado a sua evolução sobre o período na base dos dezoito (18) indicadores EPT. O ultimo quadro deve incluir o desempenho do sistema no ano de base(partida). Serão distinguidos os indicadores a atingir anualmente e os a atingir no fim de cada fase. Os serviços competentes disponibilizarão um relatório de seguimento anual ou de fase que permite seguir a evolução dos indicadores. O relatório devera incluir as medidas de correcção a introduzir. O seguimento/avaliação será assegurado da escola ao nível central. A fim de garantir o seguimento e avaliação, será elaborado um quadro de seguimento e avaliação, a configuração e o funcionamento do dispositivo de seguimento – avaliação e um guia para os respectivos responsáveis.

Os estudos previstos serão integrados nos planos nacional e regionais. Será criadas capacidades em pesquisa com a formação de alguns agentes regionais.

Para além da avaliação normal de cada fase, poderão ser programadas avaliações pontuais de experiências – piloto

Estratégias Globais

O Desenvolvimento dos sistemas nacionais de avaliação devem ser visto no âmbito de uma parceria envolvendo os diferentes actores ao nível do país, com vista a uma maior sinérgia nos esforços e a utilização das possibilidades oferecidas no quadro da Confemen e PASEC instituições às quais a Guiné-Bissau faz parte, e a expertise do Banco Mundial.

Action 1 Approfondissement du diagnostic du système Résultats attendus**Résultats attendus**

Une meilleure connaissance de la demande d'éducation, de la situation de la formation professionnelle, des dépenses publiques d'éducation et du pourcentage des élèves ayant un seuil minimal de maîtrise en portugais , mathématiques et connaissance de vie courante.

Stratégies

Elaboration des termes de référence et contrat avec consultant sur la demande d'éducation et la revue des dépenses publiques. Collaboration avec institutions extérieures pour la mise en place d'un système de suivi du rendement des écoles. Les tests sont effectués sur les disciplines : portugais, math, vie courante

Action 2 constitution de la cellule de suivi-évaluation et renforcement des capacités en suivi-évaluation**Résultat attendu**

Disposer d'une structure qui assure le suivi-évaluation de l'EPT

Stratégies

membres de la cellule suivi-évaluation (CSE) sont désignés, leurs capacités techniques et logistiques requises sont installées et le cahier de charges de la CSE défini et appliqué

Responsable de la mise en œuvre

Cellule de Suivi-évaluation

Action 3 élaboration du cadre de suivi-évaluation**Résultat attendu**

Le dispositif et les mécanismes de suivi-évaluation mis en place et fonctionnent à tous les échelons du système éducatif

Stratégies

Coopération et appui des PTF

Responsable de la mise en œuvre

Cellule de Suivi-évaluation

Action 4 suivi-évaluation du programme**Résultats attendus**

Les rapports de suivi-évaluation du plan sont réalisés, partagés et les leçons identifiées sur une base quinquennale et annuelle, à tous les échelons du système éducatif

Stratégie

Approche participative qui implique les partenaires et acteurs

Responsable de la mise en œuvre

Cellule de Suivi-évaluation

5 PLANO OPERACIONAL**PROTECÇÃO E EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA**

objectivo 1: Desenvolver a protecção e educação de qualidade para a pequena infância, particularmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

COMPONENTE : ACESSO

Ação1.1 : Democratizar o acesso à protecção e educação da pequena infância

Objectivos : Aumentar capacidade do sistema na satisfação das necessidades de protecção e educação da pequena infância

Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fefas)	Fontes Financiam.
1.Diversificação da oferta educativa envolvendo as comunidades locais e outros actores através de um quadro de parceria Governo ONG e comunidades locais	Alargado o acesso à maior número de crianças enquadramento em matéria de educação sanitária, nutrição, Todas as crianças em qualquer comunidade local do país possuem certidão de nascimento antes dos noventa dias após o nascimento	1-Construção e equipamento de centros de protecção e educação da pequena infância com 407salas na 1ª fase, 610 na 2ª e 949 na 3ª fase;	2003 a 2005	2.440	<u>Sem financiamento</u>
			2006 a 2010	3.658	
			2011 a 2015	6.694	
		2- Criação de um comité de coordenação de parcerias a diferentes níveis de gestão;	2003 a 2005		
			3- Reabilitação de 11salas existentes na 1ª fase, 418 na 2ª fase e 718 na 3ª fase,	2003 a 2005	
		2006 a 2010		1.253	
		2011 a 2015		2.163	
		4- Selecção e Recrutamento de educadores da pequena infância.	2003 a 2005	0.070	
2006 a 2010	0.027				
2011 a 2015	0.046				
2.Racionalização e operacionalização dos procedimentos administrativos dos serviços de identificação e da educação	Nenhuma criança é privada de se inscrever num centro de educação de infância por impossibilidade de apresentar peças de identificação exigidas pela escola-	5- criação de serviços de registo civil aos níveis mais acessíveis às famílias	2003 a 2005		

COMPONENTE: QUALIDADE**Ação 1.2**

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Qualificação dos educadores da pequena infância de estabelecimentos públicos, privados e comunitários	1/Dotar os agentes da educação da pequena infância de saberes e saber-fazer, articulados com a gestão dos centros de protecção e educação da pequena infância	1. Formação inicial e formação em serviço de educadores e auxiliares da pequena infância	1.754 Educadores e auxiliares da pequena infância formados até fim do programa.	1- Introdução da especialidade educadores da infância nas Escola de Formação de professores; 2 - Formação de 150 educadores ; 3 - Formação de curta duração para auxiliares de educadores da infância	I, II e III Fases do Programa		Sem financiamento
		2.Reforço das capacidades institucionais da escola normal para satisfação das necessidades de formação dos agentes de protecção e educação da pequena infância	Cursos de educação da infância a funcionarem a partir de 2004/05; Primeiros auxiliares formados a partir de 2005/06; Primeiros educadores formados e disponíveis nos estabelecimentos de educação da pequena	4 - Sensibilização e recrutamento de especialistas em diferentes áreas da puericultura; 5 - Planificação do curso para educadores da infância; 6 - Planificação de cursos modulares de curta duração para auxiliares e outros agentes; 7 - Selecção e aquisição dos materiais e documentos bibliográficos indispensáveis para a formação de educadores da infância; 8 - Elaboração de programas e	I, II e III Fases do Programa		

			<p>infância a partir de 2006;</p> <p>Escola normal reforçada em recursos humanos qualificados, meios técnicos e bibliográficos para o desenvolvimento da educação da pequena infância</p>	<p>materiais de qualificação dos animadores dos centros;</p>			Gov.
		<p>3. Informação/Educação e comunicação para as Famílias e animadores dos centros comunitários da pequena infância</p> <p>.....</p>	<p>125. Animadores comunitários qualificados e em serviço nos centros comunitários;</p> <p>Famílias sensibilizadas e empenhadas na protecção da pequena infância</p>	<p>9 - Realização de ateliês de informação e formação dos animadores comunitários e famílias;</p> <p>10 - Produção e difusão de programas radiofónicos em favor da protecção e educação da pequena infância</p>	I, II e III Fases do Programa		
<p>Ação 1.3</p> <p>Implementação de um currículo e programas adequados às necessidades da pequena</p>	<p>Instituir uma educação da pequena infância de qualidade para as crianças do país</p>	<p>Concepção experimentação e adopção de um currículo adequado ao desenvolvimento da pequena infância no país</p>	<p>Currículo e programas oficiais que visam o desenvolvimento eficaz da pequena infância aprovados e em aplicação a nível nacional</p>	<p>1 - Criação de equipas técnicas de elaboração de programas:</p> <p>2 - Definição de um modelo curricular pertinente e adaptado a todas as crianças</p> <p>3 - Ateliê de concepção de um modelo curricular pertinente e</p>			Gov.

infância			Modelo curricular de consenso validado e em vigor	integrador; 4 - Elaboração de programas de orientação, educação e protecção da pequena infância; 5 - Elaboração de um esquema de experimentação; 6 - Elaboração dos materiais e metodologias adequados; 7 - Formação dos experimentadores - Experimentação do currículo; 8 - Avaliação e validação do currículo experimentado; 9 - Institucionalização e generalização.	I e II Fase do Programa		UNICEF
Acção 1.4 Confecção e Fornecimento de materiais didácticos, lúdicos, serviços de saúde, de nutrição e equipamentos de apoio para a pequena infância deficiente	Favorecer o desenvolvimento harmonioso da pequena infância promover o fabrico local de materiais didácticos nas comunidades	Aproveitamento e valorização dos recursos locais a baixo custo e incentivo a criatividade de artesãos locais	- Melhorada a qualidade da educação de pequena infância - Materiais suficientes e adequados às crianças dos centros de educação da pequena infância assegurada - Necessidades em materiais didácticos apropriados e de qualidade satisfeitas através de 5 agrupamentos de artesãos devidamente enquadrados	1 - Confecção de materiais didácticos, 2 - Sensibilização e Incentivo a criação de pequenas oficinas de materiais didácticos nas comunidades	I e II Fase do Programa		OGE UNICEF ONGs Comunidades locais

<p>Acção 1.5 Pesquisa aplicada</p>	<p>- Dispor de informações e conhecimentos contextuais sobre os valores socioculturais e afectivos pertinentes e indispensáveis para a educação da pequena infância</p> <p>- Suportar cientificamente as opções políticas, administrativas, pedagógicas e estratégicas sobre a educação da pequena infância</p>	<p>Definição de um quadro de estudos prioritários para o desenvolvimento da educação da pequena infância</p> <p>Incentivo às instituições de pesquisa educativa e pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas inerentes ao desenvolvimento da criança</p> <p>Dotar instituições vocacionadas aos estudos e desenvolvimento da educação de recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento de estudos e pesquisas</p> <p>Divulgação sistemática dos resultados das pesquisas</p>	<p>Existência de um quadro político estratégico de orientação que proporciona condições favoráveis ao desenvolvimento da pequena infância adoptados pelas autoridades competentes</p>	<p>1 - Elaboração de um programa de estudos e pesquisas aplicadas a desenvolver a curto e médio prazo;</p> <p>2 - Selecção e financiamento dos projectos de pesquisa pertinentes e prioritários;</p> <p>3 - Realização de estudos sobre a situação da pequena infância na Guiné-Bissau</p> <p>4 - Apresentação e disseminação dos resultados para utilidades estratégicas de ordem política, administrativa e pedagógicas entre outras e</p> <p>5 - Publicações em revista do educador</p>	<p>I e II Fase do Programa</p>	<p>0.034</p>	<p>OGE UNICEF Plan Internacional Radda Barnen</p>
---	---	---	---	--	--------------------------------	--------------	---

COMPONENTE GESTÃO

Ações	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Acção 1.6 Disponibilização de um quadro legislativo para a pequena infância	Dotar os decisores políticos de elementos para a definição de estratégias sobre a pequena infância	Adopção de princípios, orientações e estratégias globais de desenvolvimento da pequena infância	Existência de um quadro jurídico político até 2007 através de adopção de um quadro de estratégia de desenvolvimento e protecção da pequena infância	1- Elaboração de dispositivos estratégicos sobre o desenvolvimento, educação e protecção da pequena infância	I Fase do Programa		Gov. UNICEF
Acção 1.7 Promoção da participação da comunidade e dos pais e encarregados da EPI na implementação do programa		Envolvimento de todos os actores no processo de educação e protecção da pequena infância	Acções coordenadas entre os centros e as comunidades locais, pais e encarregados de educação das crianças	1- Acções de informação, sensibilização e educação dos pais, encarregados de educação e das comunidades em geral	I, II e III Fases do Programa		Gov. UNICEF Instituto Mulher e criança
Acção 1.8 Seguimento e avaliação	Dotar o Programa de pequena infância de recursos Humanos (administradores e gestores) aos diferentes níveis de competências essenciais	Adopção de um plano de valorização e desenvolvimento dos recursos humanos competentes	Desempenho das estruturas centrais e significativamente melhorados	1- Formação de administradores e gestores dos programas da pequena infância aos níveis central e locais; 2- Recolha, análise e tratamento dos principais indicadores ligados a pequena infância	I, II e III Fases do Programa		Gov. UNICEF

COMPONENTE: FINANCIAMENTO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Acção 1.9 Mobilizar recursos necessários à educação e protecção da pequena infância	Assegurar os recursos para o desenvolvimento do programa	Diversificação de fontes de financiamento interno com a participação das comunidades e ONGs bem como o Governo e parceiros externos	O Programa desenrola com relativa garantias e em matéria de recursos necessários para a sua eficiência até 2007	1-Elaboração de um quadro financeiro referente às necessidades de financiamento de programa de pequena Infância	I Fase do Programa		Gov UNICEF PAM
	Persuadir as comunidades a participar no financiamento do programa de desenvolvimento da pequena infância		Participação substancial das comunidades no financiamento do programa como resultado de tomada de consciência da sua importância	2- Sensibilização das comunidades locais	I, II e III Fases do Programa		OGE UNICEF Instituto Mulher e criança Comunidades locais
			Participação acrescida dos parceiros sociais assegurada	3 -Criação de uma fundação de solidariedade social destinada a apoiar a pequena infância	I Fase do Programa		OGE UNICEF Instituto Mulher e criança Comunidades locais Parceiros externos

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
	Dotar o sistema educativo com pessoal suficiente	Criação de atractivos ao ingresso na carreira docente		6 -Recrutamento de 58 novos professores ate 2005; 216 ate 2010 e 302 até 2015 respeitando o equilíbrio género.	I , II e III Fases do Programa	0.399 0.440 0.440	Gov. BM
Acção 2.2 Acções de sensibilização	Mobilizar a confiança popular para a educação escolar das suas crianças.	- Promoção de campanhas de sensibilização através dos médias e actividades sociais; - Reactivação dos Conselhos Regionais da Educação; - Promoção de fóruns regulares de concertação entre a escola e a comunidade.	Redução progressivo do número de crianças em idade escolar fora do sistema;	1- Realização de campanhas de sensibilização da comunidade para inscrever as crianças na escola; 2 - Planificação de campanhas de sensibilização para escolarização das raparigas; 3 - Promoção de encontros regulares de sensibilização.	I , II e III Fases do Programa		Gov. BM UNICEF PAM Plan Internacional
Acção 2.3 Adequar o calendário escolar ao meio sócio-económico e cultural	Adoptar o sistema de um calendário escolar compatível com a diversidade da realidade social, económica e cultural do país.	- Flexibilização do calendário escolar às necessidades específicas e dos contextos sociais	Calendário escolar compatível e adaptado à realidade; - Beneficiada a relação escola comunidade	1 -Elaboração de um calendário escolar flexível atendendo à diversidade social, económica e cultural do país; 2 - Proposta de reformulação do calendário escolar	I Fase do Programa		Gov. BM
Acção 2.4 Diversificar e normalizar a oferta escolar	- Integrar no sistema oficial as escolas de outro tipo.	Diversificação e normalização da oferta	Definida a política sobre as escolas de outro tipo; Criadas leis e normas sobre as escolas de outro tipo; - Oferta do EB diversificada; - Aumentado o número de crianças acolhidas pelo sistema.	1 - Definição de políticas sobre as escolas de outro tipo; 2 - Criação de leis e normas sobre as escolas de outro tipo	I Fase do Programa		Gov.

COMPONENTE : QUALIDADE

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Acção 2.5 Integrar o currículo do Ensino Básico Unificado	Tornar o ensino básico mais performante. Adaptar o sistema de avaliação as novas exigências	- Promoção da abordagem de currículo integrado do ensino básico fundamental; - Desenvolvimento curricular das competências de base transversais. Adequação dos manuais e outros suportes de apoio pedagógico	- Novo currículo do EB integrado em vigor; - Competências de base transversais definidas e integradas nos programas. Sistema de avaliação pertinente, eficiente e adaptado aos objectivos do currículo integrado.	1- Concepção e elaboração do currículo integrado do ensino básico; 2- Reformulação dos programas do ensino básico; 3 - Experimentação dos programas; 4 - Validação dos programas; 5- Concepção, elaboração e produção de suportes pedagógicos para a experimentação; 6 - Análise e avaliação do sistema de avaliação vigente; 7 - Concepção e elaboração de um novo sistema de avaliação com base nos objectivos da abordagem do currículo integrado.	I e II Fases do Programa		Gov. BM FNUAP UNICEF UNESCO

Acção 2.6	- Qualificar o corpo docente e de supervisão em conformidade com as novas exigências do Ensino Básico Unificado.	Promoção regular de formação de curta duração em articulação com as acções programadas no quadro do programa do EBU e das COME Dinamização das estruturas de formação e de Apoio ao professor (UAP) a nível das regiões Criação de condições mínimas e indispensáveis a melhoria da qualidade da educação	Número suficiente de professores qualificados para a docência; - Melhorada a qualificação e a performance dos Inspectores e formadores no sistema; Melhoradas as condições de trabalho do pessoal docente e de outras estruturas de apoio ao sistema.	1- Formação/ capacitação de 3.051 professores sem formação pedagógica: 2 -Capacitação de 1.200 professores ate 2005; 1.055 ate 2010 e 1.000 até 2015; 3 - Formação de 47 formadores e de 58 inspectores regionais	I, II e II Fases do Programa	0.135	Gov. BM BAD UNICEF Plan Internacional
Acção 2.7	Melhorar as condições técnicas de acção dos professores, inspectores e formadores	Produção e distribuição de material de apoio e de outros suportes pedagógicos.	- Todos os professores, formadores e inspectores munidos de materiais de apoio pedagógico e didáctico indispensáveis ao desempenho das suas actividades	1 -Produção de 7.000 exemplares de guias e outros materiais de apoio pedagógico. 2 - Produção de brochuras sobre temas relativas as competências de base transversais(GED, EvF/EMP, VHI/SIDA, Educação para a Paz e Democracia, Saúde e nutrição ...)	I, II e II Fases do Programa	0.028	Gov. BM BAD UNICEF FNUAP
Acção 2.8	- Tornar compatível a carga horária diária e semanal com o currículo e os programas do EB.	Gestão racionalizada do espaço pedagógico, ano lectivo, pessoal docente e programas do EB.	- Carga horária diária e semanal compatível com as exigências do currículo do EB integrado	1 - Elaboração de uma proposta de calendário lectivo mais performante	I, II e II Fases do Programa	0.002	Gov. BM

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fefas)	Fonte Financiam.
Acção 2.9 Integração de Crianças deficientes nas escolas	Promover acções de inclusão em favor da integração das crianças deficientes nas escolas	Parceria com as ONGs; OMS; pais e encarregados de educação e as comunidades locais	Condições de acolhimento e de atendimento de crianças com deficiências criadas;	<p>1 - Criação de condições de acolhimento nas escolas de crianças com deficiências moderadas;</p> <p>2 - Acções de sensibilização das comunidades;</p> <p>3 - Seminários de capacitação do pessoal docente e não docente para o atendimento das crianças com deficiências moderadas</p>	I, II e III Fases do Programa		Gov. UNICEF ONG EvF/MP Comunidades locais

COMPONENTE: GESTÃO/FINANCIAMENTO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Acções 2.10 Reforçar a capacidade institucional a diferentes níveis de gestão do sistemas	- Melhorar a qualidade de gestão do ensino a nível local, regional e central.	Reforço das capacidades institucionais e operativas Através de: - Desconcentração e descentralização; - melhoria das capacidades de organização, planificação e de gestão do sistema educativo; - Reforço das capacidades de administração, de inspecção e de enquadramento dos professores.	- Competências de gestão, administração distribuídas a diferentes níveis; - Serviços centrais des congestionados - Pessoal administrativo, de planificação, de gestão do sistema e de supervisão qualificado e afectos aos serviços centrais e descentralizados do sistema. Sistema de comunicação/ Informação entre estruturas e serviços operacional.	1 -Retomar o processo de descentralização dos serviços educativos regionais; 2 - Criar condições para o funcionamento efectivo desses serviços; 3 - Acções de formação para o pessoal administrativos de planificação, de gestão do sistema e de supervisão; 4 - Concepção de um sistema de circulação de Informação entre os diferentes serviços e níveis de gestão do sistema.	I, II e II Fases do Programa	1.016 0.283	Gov. BM

ESCOLARIZAÇÃO DE RAPARIGAS

objectivo 4: “ Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade até 2015, velando para que seja assegurada as raparigas um acesso equilibrado e sem restrição à uma educação de base de qualidade com as mesmas possibilidades de sucesso “

COMPONENTE: ACESSO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam.
Acção 4.1 Promover a escolarização das raparigas	Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino básico; Garantir o acesso a uma educação de base de qualidade para as raparigas sem restrições	Adopção de políticas favoráveis a escolarização das raparigas; Desenvolvimento de condições físicas das escolas favoráveis as necessidades específicas das raparigas; Adopção de um plano de acção específico para as zonas de fortes disparidades. Promoção de parcerias entre ONG, comunidades locais e diferentes actores do sistema	Orientações políticas e medidas operacionais de apoio à escolarização das raparigas disponíveis; Escolas oferecem condições satisfatórias as necessidades específicas das raparigas; Taxas brutas de escolarização das raparigas passa de 54,6% em 99/00 para 69,7% em 05/06, 84,9% em 2010 e 100% em 2015.	1 - Elaboração de dispositivos legais e normas de orientações políticas sobre a educação das raparigas; 2 - Correção das condições físicas das escolas desfavoráveis às necessidades especiais das raparigas; 3 -Identificação de zonas com fortes disparidades e elaboração de um plano específico de escolarização/ formação para a vida activa; 4 - Criação de incentivos para a retenção dos efectivos femininos no sistema.	I Fase do Programa I, II e II Fases do Programa I Fase do Programa I, II e II Fases do Programa	3.998	Gov. UNICEF BM Plan Internacional EvF/EMP

<p>Acção 2.2.12</p> <p>Sensibilizar a sociedade para a escolarização das raparigas</p>	<p>Dinamizar o acesso e garantia de continuidade das raparigas na educação de base com sucesso.</p>	<p>- Desenvolvimento de um programa de IEC em matéria de escolarização das raparigas e desenvolvimento sustentável.</p>	<p>- O acesso das raparigas à escola e sua retenção melhorada;</p> <p>- Envolvimento das comunidades na escolarização das raparigas efectivado;</p> <p>- Os preconceitos sobre a escolarização das raparigas eliminados.</p>	<p>1- Elaboração de programas de IEC;</p> <p>2 - Informação,</p> <p>3 - Sensibilização;</p> <p>4 - Mobilização social;</p> <p>5 - Seguimento das experiências afins noutros sectores.</p>	<p>I, II e III Fases do Programa</p>	<p>0.923</p>	<p>Gov. UNICEF BM Plan Internacional EvF/EMP</p>
<p>Acção 2.2.13</p> <p>Aumentar o efectivo do corpo docente feminino nas escolas.</p>	<p>- Despertar o interesse das raparigas pela escola e encorajar os pais para a educação escolar dos filhos com particular atenção a das raparigas.</p>	<p>- Criação de condições atractivas que estimulem o ingresso da camada feminino à docência,</p> <p>- Criação de incentivos para a retenção do efectivo docente feminino.</p>	<p>- Aumentada a proporção de corpo docente feminino nas escolas;</p> <p>- Escolas dotadas de um corpo docente feminino significativo e de referência.</p>	<p>1 - Oferta de condições especiais para as raparigas no concurso de recrutamento à docência principalmente nas zonas de forte disparidade;</p> <p>2 - Instituição de critérios que encoraje a inscrição de raparigas nos cursos de formação de professores,</p>	<p>I, II e III Fases do Programa</p> <p>I Fase do Programa</p>		<p>Gov. UNICEF BM Plan Internacional EvF/EMP</p>

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

- **Alfabetização e educação de adultos (Objectivo 5)** “ Melhorar em 50% o nível de alfabetização de adultos, em particular as mulheres até 2015 e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente ”

COMPONENTE : ACESSO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.3.1 Alargar o acesso aos programas de alfabetização funcional de adultos com particular ênfase para as raparigas e mulheres.	- Reduzir a taxa global de analfabetismo e de analfabetismo feminino para 50% até 2015	- Envolvimento dos parceiros no processo (associações, organizações comunitárias locais); - Desenvolvimento dos programas de alfabetização funcional de mulheres e raparigas - Criação de centros de acolhimento de educação da pequena infância - Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para a alfabetização e educação de adultos a distância	- Reduzida a taxa global de analfabetismo de 63,6% em 2000 para 31,2% até 2005 e a taxa de analfabetismo feminino de 82% em 2000 para 48% em 2005 e para 41% até 2015. - 5.370 círculos em funcionamento até 2005, 5.057 até 2010 e 5.453 até 2015; - Beneficiados 214.803 indivíduos até 2005., 202.285 até 2010 e 218.103 até 2015; - Melhorada a qualidade de vida das comunidades.	1 - Identificação de centros de acolhimento de acções de alfabetização e educação de adultos; 2 - Reactivação de centros de alfabetização e educação de adultos existentes; 3 - Alargamento dos centros de alfabetização e educação de adultos integrados em projectos a associações de desenvolvimento comunitários; 4 - Identificação e aquisição de meios técnicos necessários a implementação da alfabetização e educação a distância.	I Fase do Programa I, II e Fases do Programa I, II e Fases do Programa I, II e Fases do Programa	2.258	Gov. PNUD UNESCO UNICEF ONG

<p>Acção 2.3.2</p> <p>Sensibilizar a opinião pública em favor da educação e alfabetização de adultos</p>	<p>- Criar um comité de informação, educação e comunicação para a sensibilização da opinião pública.</p>	<p>- Utilização dos diversos canais de informação e comunicação para a sensibilização do público alvo e divulgação de informações concernentes.</p>	<p>- Criada um comité interactivo funcional de IEC em matéria de Alfabetização e educação de adultos;</p> <p>- Membros do comité formados em técnicas IEC;</p> <p>- Melhor compreensão da importância da alfabetização a nível nacional.</p> <p>- Aumentada a taxa de participação dos alfabetizandos</p> <p>- Reduzida a taxa de desperdício</p> <p>- Maior envolvimento dos projectos e associações de desenvolvimento nos programas de alfabetização.</p>	<p>1 - Identificação e Selecção dos membros do comité a diferentes níveis;</p> <p>2 - Elaboração de um programa de IEC;</p> <p>3 - Elaboração de um plano de seguimento e avaliação da campanha;</p>	<p>I Fase do Programa</p> <p>I Fase do Programa</p> <p>I, II e III Fases do Programa</p>	<p>0.923</p>	<p>Gov. PNUD UNICEF UNESCO PAM ONGs Gov.</p>
--	--	---	--	---	--	---------------------	--

<p>Acção 2.3.3</p> <p>Dotar as línguas nacionais de estatutos e normas de utilização técnica e científica</p>	<p>Definir a política das línguas nacionais em prol do ensino, alfabetização, artes e cultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento da política linguística nacional no quadro da política africana de valorização das línguas nacionais; - Criação/aprovação de dispositivos legais sobre as línguas nacionais; - Definição de uma política linguística para a alfabetização e educação de adultos; - Valorização das línguas nacionais; 	<p>Compromissos/engajamentos regionais em matéria de política de línguas nacionais assumidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dispositivos legais sobre as línguas nacionais em vigor; - Regulamentos e normas de utilização das línguas adoptados; - Programas de alfabetização em línguas nacionais em uso; - Escritos em línguas nacionais divulgados e valorizados; - Maior interesse pelas línguas nacionais. 	<p>1 - Conclusão e elaboração dos aspectos técnicos e metodológicos da organização das línguas nacionais;</p> <p>2 - Elaboração da legislação sobre o estatuto das línguas nacionais;</p> <p>3 - Elaboração das orientações da política das línguas nacionais no ensino;</p>	<p>I e II Fases do Programa</p> <p>I Fase do Programa</p> <p>I Fase do Programa</p>		<p>PNUD UNICEF ONGs Gov.</p>
---	---	--	--	---	---	--	--

COMPONENTE: QUALIDADE

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.3.4 Sistematizar os programas de alfabetização e educação de adultos	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar a alfabetização e educação de adultos de programas e materiais de educação de base de qualidade e funcionais; - Integrar nos programas de alfabetização e educação de adultos competências de base transversais - Melhorar a performance das populações na produção, melhoria das suas condições de vida e no exercício da cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria de qualidade de alfabetização e educação de adultos em parceria com os diferentes sectores e intervenientes através de: <ul style="list-style-type: none"> - Renovação dos programas de alfabetização funcional e educação de adultos; - Desenvolvimento de programas específicos de pós-alfabetização; - reforço das competências dos animadores; - Introdução de manuais de terminologias práticas das áreas de conhecimentos de base funcionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novos programas e materiais de alfabetização funcional adoptados; - Novos programas e materiais de educação pós- alfabetização em vigor; - Competências de base transversais integradas nos módulos de alfabetização e educação pós-alfabetização (GDE, HIV/SIDA, Educação sanitária, nutrição, EvF/EMP, educação para os direitos do Homem, Paz e democracia..) - Mortalidade materno/infantil reduzida; - PIB aumentado; - Qualidade de vida melhorada principalmente das mulheres; - Nível de exercício da cidadania elevado. - Esperança de vida aumentada; - Pobreza e risco de SIDA reduzidos 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Definição de objectivos e competências funcionais de base para a alfabetização e educação de adultos e sua articulação com a educação formal; 2 - Concepção e elaboração de programas e módulos de alfabetização funcional e educação pós alfabetização de adultos; 3 - Concepção elaboração de suportes de apoio para a alfabetização e pós alfabetização; 4 - Elaboração de mecanismos de seguimento e avaliação 5 - Realização de pesquisas aplicadas ao desenvolvimento dos programas de alfabetização funcional 	<ul style="list-style-type: none"> I Fase do Programa I e II Fases do Programa 	1.760\$	PNUD UNICEF ONGs Gov.

Acção 2.3.5 Reciclagem e formação dos animadores, supervisores e coordenadores dos centros de alfabetização e educação de Adultos	Actualizar os agentes da AEA com os novos programas e métodos de alfabetização funcional	<p>- Envolvimento dos diferentes sectores na concepção e elaboração dos programas de formação dos agentes de AEA;</p> <p>- Formação dos agentes de AEA</p> <p>Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para a formação a distância</p>	<p>- Planos de formação e capacitação disponíveis</p> <p>-2.672 animadores formados;</p> <p>-42 supervisores (1 por sector e 1 por zona; Sab=5) capacitados;</p> <p>- 11 Coordenadores a razão de 1 por região formados.</p>	<p>1 - Formação de uma comissão inter-sectorial de concepção dos programas de formação dos agentes da AEA e de outro pessoal de enquadramento;</p> <p>2 - Concepção e elaboração de programas e módulos de formação e capacitação;</p> <p>3 - Planificação e organização da formação;</p> <p>4 - Formação e capacitação de 11 coordenadores;</p> <p>5 - Capacitação de 42 supervisores</p> <p>Formação e capacitação de 2.672 animadores;</p> <p>6-formalão dos técnicos da Direcção de alfabetização;</p> <p>7-Formação dos agentes para a transmissão das línguas nacionais;</p> <p>8 - Concepção e elaboração de programas de formação a distância para os agentes de alfabetização;</p> <p>9 - Identificação e aquisição de meios técnicos necessários a</p>	<p>I Fase do Programa</p> <p>I e II Fases do Programa</p> <p>I, II e III Fases do Programa</p>	<p>1.321</p> <p>2.200</p> <p>16.143</p>	<p>PNUD</p> <p>UNICEF</p> <p>ONGs</p> <p>Gov.</p>
Plano Nacional de Acção EPT	79	Fevereiro 2003	<p>Implementação da alfabetização e educação a distância;</p> <p>8 - Formação a distância dos agentes</p>				

COMPONENTE: GESTÃO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.3.6	Melhorar o desempenho dos serviços de alfabetização e educação de adultos a diferentes níveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço das capacidades institucionais e operacionais dos serviços de AEA através de: <ul style="list-style-type: none"> - Descentralização e Desconcentração de competências; - Melhoria das capacidades de organização, planificação e gestão; - Consolidação de um sistema de recolha, tratamento e análise de dados e informações do sub-sector da AEA - Mobilização de meios materiais, humanos e financeiros para o desenvolvimento das acções do sub-sector - Desenvolvimento da gestão de parcerias inter-institucional e outros intervenientes no desenvolvimento comunitário 	<p>Instrumentos e quadro de seguimento operacionais;</p> <p>Recursos humanos qualificados e em função das estruturas descentralizadas de AEA;</p> <p>- Meios materiais e financeiros disponíveis para o funcionamento efectivo das estruturas descentralizadas;</p> <p>- Competências das estruturas de gestão de AEA bem definidas;</p> <p>Actividades de seguimento iniciadas e garantidas;</p> <p>- Banco de dados e Sistema de informação de AEA operacional.</p>	<p>1 - Equipamento dos serviços AEA com meios materiais e técnicos;</p> <p>2 - Recrutamento e formação de recursos humanos nas áreas de: administração, planificação, gestão, seguimento e avliação dos serviços de AEA; e de concepção, elaboração e gestão dos programas de AEA;</p> <p>3 - Compra de 51 motorizadas para 9 coordenadores 42 supervisores</p> <p>4 - Compra de 1.336 bicicletas para 50% dos animadores.</p> <p>5 - Concepção e elaboração de um manual de procedimentos de consenso entre os parceiros.</p>	<p>I, II e III Fases do Programa</p>	<p>0.834</p> <p>0.143</p>	<p>Gov. PNUD UNICEF ONGs</p>

EDUCAÇÃO QUALIFICADA DE JOVENS E ADULTOS

– Educação qualificada de jovens e adultos (**Objectivo 6:** “ Responder as necessidades educativas de todos os jovens e adultos assegurando um acesso equitativo aos programas adequados tendo como objecto a aquisição de conhecimentos assim como as competências necessárias a vida corrente) “

COMPONENTE: ACESSO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.4.1 Desenvolver nos jovens e adultos a capacidades de trabalho, de participação plena na vida social, domínio de si e de progredir.	- Melhorar a oferta de formação profissional dos jovens e adultos adequados as reais necessidades do meio. - Capacitar os jovens e adultos (de ambos os sexos)de saber e saber fazer que lhes facultem as condições de auto-emprego. -	- Diversificação das áreas de formação profissional em conformidade com as prioridades dos programas de desenvolvimento local e nacional; - Alargamento da rede dos centros de formação profissional comunitária priorizando a formação de curta duração para os jovens e adultos; - Promoção de uma parceria dinâmica com o sector privado; - Priorizar a formação de curta duração para os jovens e adultos	- Centros criados ou reabilitados e equipados ; - Cursos estabelecidos - Formadores recrutados : -Artesãos/mestres locais associados; - Formandos recrutados ; - Parceiros e as comunidades locais envolvidos na gestão da formação ; - Mulheres contemplados	1 - Diagnóstico do sub-sector de formação profissional em termos de oferta e inserção na vida activa; 2 - Elaboração de um plano das necessidades de implantação de novos centros de formação profissional comunitários, e das áreas prioritárias respectivamente; 3 - Elaboração de um plano das necessidades em recursos humanos ; 4 - Reabilitação dos centros de formação profissional existentes e danificadas; 5 - Criação de novos centros de formação profissional para jovens e adultos;	I Fase do Programa I Fase do Programa I Fase do Programa I, II e III Fases do Programa I, II e III Fases do Programa		PNUD UNICEF ONGs BAD Gov.

COMPONENTE : QUALIDADE

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.4.2 Elaborar currículos de formação profissional qualificante de jovens e adultos;	Disponer de currículos pertinentes e flexíveis; Melhorar a qualidade de ensino profissional	- Elaboração de programas e horários de educação e formação de jovens e adultos com base em estudos prévios sobre as áreas prioritárias; - Elaboração de módulos experimentais para as diferentes áreas de formação; - Envolvimento das comunidades, ONG e outros parceiros de desenvolvimento no processo;	- Currículos de educação de qualidade para jovens e Adultos validados e em vigor; - Cursos de formação profissional em funcionamento nos centros criados; - Módulos, manuais e materiais de formação disponíveis e em uso nos centros em funcionamento;	1 - Criação de um centro de concepção modular; 2 - Concepção e elaboração de módulos e materiais de formação; 3 - Funcionamento experimental dos cursos; 4 - Avaliação e validação da experiência; 5 - Reprodução faseada dos módulos; 6 - Generalização dos cursos validados; 7 - Seguimento de formação e de produção nos centros de formação.	I Fase do Programa I Fase do Programa I, II e III Fases do Programa I, II e III Fases do Programa II Fase do Programa I, II e III Fases do Programa	200.000 5.000 233.143	PNUD UNICEF ONGs Gov.

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
<p>Acção 2.4.3</p> <p>Formação e motivação dos instrutores e mestres artesãos, e supervisores dos centros de formação profissional comunitários</p>	<p>Dotar os instrutores e mestres artesãos, supervisores de competências técnicas necessárias;</p>	<p>- Elaboração de um plano de formação;</p> <p>- Formação de formadores com vista a multiplicação em cascata;</p>	<p>- Planos de formação disponíveis ;</p> <p>- Formadores e instrutores para os centros comunitários de formação profissional formados nas técnicas pedagógicas;</p>	<p>1 - Elaboração dos planos de formação dos agentes alvo;</p> <p>2 - Selecção e formação de formadores por fase;</p> <p>3 - Seguimento e avaliação do desempenho dos Instrutores e formadores;</p> <p>4 - Realização de sessões de formação por região.</p>	<p>I Fase do Programa</p> <p>I Fase do Programa</p> <p>I, II e III Fases do Programa</p>		
<p>Acção 2.4.4</p> <p>Concepção dos instrumentos de avaliação das formações e de certificação das competências profissionais</p>	<p>Legitimar as competências de Formação profissional através de diplomas:</p>	<p>- Desenvolvimento das capacidades dos instrutores em matéria de avaliação;</p> <p>- Instituição dos diplomas</p>	<p>Dispositivos legais sobre a instituição dos cursos e diplomas promulgados;</p> <p>- Instrumentos e técnicas de avaliação dominados pelos formadores e instrutores;</p> <p>- Sistema de equivalência estabelecido;</p>	<p>1 - Elaboração dos dispositivos legais de cada curso;</p> <p>2 - Elaboração de instrumentos de avaliação;</p> <p>3 - Formação de instrutores e mestres artesãos nas técnicas de avaliação;</p> <p>4 - Criação de um sistema de equivalência dos diplomas de formação profissional;</p>	<p>I Fase do Programa</p> <p>I; II e III Fases do Programa</p> <p>III Fase do Programa</p>		Gov. UNICEF PNUD ONG

COMPONENTE : GESTÃO

Acções	Objectivos	Estratégias	Resultados esperados	Actividades	Período	Custo (em milhões Fcfas)	Fonte Financiam
Acção 2.4.5 Reforço das capacidades institucionais em gestão dos centros de formação profissional	Melhorar a qualidade e a eficácia dos serviços de gestão da formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma célula de gestão e seguimento dos centros de formação profissional; - Elaboração de um manual de procedimentos administrativos e financeiros de consenso com os parceiros e outros intervenientes nos centros de formação profissional comunitários; - Mobilização de recursos materiais e financeiros suficientes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Célula de gestão e seguimento operacional; - Manual de procedimentos funcional e em uso; - Recursos humanos formados e disponíveis; - Gestão eficaz dos Centros de formação em parceria com os agentes comunitários; : - Recursos financeiros necessários disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Criação da célula de gestão e seguimento ; 2 - Elaboração do manual de procedimentos; 3 - Aquisição dos materiais e equipamentos ; 4 - Capacitação de recursos humanos em planificação, gestão e avaliação da formação profissional ; 	<ul style="list-style-type: none"> I Fase do Programa I Fase do Programa I Fase do Programa I, II e II Fases do Programa 		<ul style="list-style-type: none"> PNUD UNICEF ONGs Gov.

PLANIFICATION, MISE EN ŒUVRE ET SUIVI- EVALUATION**Objectifs**

1. Développer un processus de planification ascendant et participatif
2. Développer un système mise en œuvre et de gestion participatif et efficace
3. Assurer le suivi-évaluation pour déterminer le degré d'atteinte des indicateurs et de réalisation des activités et ainsi réguler le PNAEPT

Actions	Objectifs	Stratégies	Résultats attendus	Activités	Période	Coûts en millions CFA	Sources de finan
Action 1 Elaboration et mise en œuvre des Plans d'action de chacune des trois phases		Critères d'allocation des ressources favorables à la réduction disparités Plans d'action et plans opérationnels	plans d'action élaborés de manière participative et exécutés	Ateliers initial de renforcement des capacités en planification, Renforcement des capacités en planification, Elaboration des PA et PO	1 1,2 et 3		
Action 2 Mise en place d'un Système d'Information Géographique		Renforcement des capacités d'agents du GEP à travers la coopération sous-régionale, Acquisition de matériels	SIG opérationnel pour informer à tout moment de l'état de la carte scolaire et éducative	Formation en SIG des agents des niveaux central et régional,	1		
Action 3 Renforcement des capacités en statistiques et planification		Formation dans les institutions spécialisées	Existence de ressources humaines en statistiques scolaires et planification au GEP Equipement de la DSP en matériels informatiques	Formation en statistique et planification scolaires Achat d'équipements informatiques et de reprographie			
Action 4 Mise en oeuvre des outils de gestion		Manuel de Procédures administratives et techniques élaboré, textes réglementaires relatifs à la création et au fonctionnement des structures EPT disponibles, structures EPT	L'Ept est géré selon les procédures administratives, techniques et financières définies, Les différents organes de gestion de l'Ept sont fonctionnels	Elaboration du Mdp Création des organes de pilotage du PNA Suivi du fonctionnement des organes	1 1 1, 2 et 3		

		fonctionnels, agents des services nationaux et régionaux formés en gestion financière					
Action 5 Communiquer et impliquer les acteurs et partenaires dans l'EPT		Forums et CGE développent des activités de communication et de mobilisation sociale.	Accroître le niveau d'information des acteurs, partenaires et des communautés sur l'EPT Augmenter leur engagement en faveur de l'EPT	Formation en communication et mobilisation sociale des équipes centrales et régionales Elaboration d'un guide communication et mobilisation sociale Elaboration, mise en œuvre et suivi- évaluation de plans de communication & mobilisation sociale pour chaque phase, au niveau central et de chaque région	1 1 1, 2, 3		
Action 6 Approfondissement du diagnostic du système Résultats attendus		consultant sur la demande d'éducation et la revue des dépenses publiques. Collaboration avec institutions extérieures pour la mise en place d'un système de suivi du rendement des écoles. Les tests sont effectués sur les disciplines : portugais, math, vie courante	Diagnostic approfondi	Etudes sur : Formation professionnelle, dépenses d'éducation, demande d'éducation Formation équipe évaluation	1 1, 2, 3		
Action 7 constitution de la cellule de suivi-évaluation et renforcement des capacités		membres de la cellule suivi-évaluation (CSE) sont désignés, leurs capacités techniques et	Disposer d'une structure qui assure le suivi- évaluation de l'EPT	Constitution de l'équipe et renforcement de ses capacités Suivi	1 1, 2, 3		

en suivi-évaluation		logistiques installées et le cahier de charges de la CSE défini et appliqué		Evaluation de chaque phase	1, 2,3		
Action 8 élaboration du cadre de suivi-évaluation		Coopération et appui des PTF	Le dispositif et les mécanismes de suivi-évaluation mis en place et fonctionnent à tous les échelons du système éducatif	Elaboration du cadre Elaboration des outils et mécanismes	1		
Action 9 suivi-évaluation du programme			rapports de suivi-évaluation réalisés, partagés et les leçons identifiées sur une base quinquennale et annuelle, à tous les échelons du système éducatif	Elaboration et partage des rapports de suivi annuels et des rapports d'évaluation de phase	1, 2,3		

Tabelas

Tabela 1	Evolução do Orçamento de Estado consagrado à Educação em milhões de FCFA (1998 a 2001)	17
Tabela 2	Intervenção dos Financiadores no Sector	18
Tabela 3 :	Evolução das Taxas brutas de escolarização.....	20
Tabela 4 :	Repartição dos Centros de Educação Pré- Escolar por regiões (1999/2000).....	24
Tabela 5 :	Evolução dos efectivos escolares por nível de ensino, 1991-1999.....	27
Tabela 6 :	Efectivos escolares (rapazes e raparigas) por anos de escolaridade e proporção de repetência (público e privado), 1999-2000.....	27
Tabela 7:	Ilustração dos Circulos de Alfabetização recenseados e as línguas utilizadas (ano lectivo de 1999/2000)	32
Tabela 8:	32
Tabela 9:	Ilustração dos Circulos de Alfabetização recenseados (ano lectivo 2001/2002).....	32

TABELAS

TABELAS